



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

GREGÓRIO HENRIQUE SILVA DUARTE

**ENTRE O *IMPEACHMENT* E O BOLSONARISMO: A INTERPRETAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE EM CAMPINA GRANDE ACERCA DO
DEBATE SOBRE A CRISE BRASILEIRA**

**CAMPINA GRANDE
2021**

GREGÓRIO HENRIQUE SILVA DUARTE

**ENTRE O *IMPEACHMENT* E O BOLSONARISMO: A INTERPRETAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE EM CAMPINA GRANDE ACERCA DO
DEBATE SOBRE A CRISE BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota.

**CAMPINA GRANDE
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D812e Duarte, Gregório Henrique Silva.
Entre o impeachment e o bolsonarismo [manuscrito] : A interpretação dos movimentos sociais de juventude em Campina Grande acerca do debate sobre a crise brasileira / Gregório Henrique Silva Duarte. - 2021.
74 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota ,
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC."

1. Impeachment. 2. Bolsonarismo. 3. Crise econômica. 4. Neodesenvolvimentismo. I. Título

21. ed. CDD 303.484

GREGÓRIO HENRIQUE SILVA DUARTE

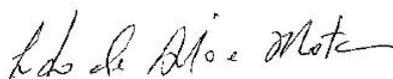
ENTRE O *IMPEACHMENT* E O BOLSONARISMO: A INTERPRETAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE EM CAMPINA GRANDE ACERCA
DO DEBATE SOBRE A CRISE BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de
Licenciatura em Sociologia da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de licenciado em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 14/10/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Raniere Ferreira Torres
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao povo paraibano por ter financiado
minha formação acadêmica e intelectual.
Esta, sem dúvida, é uma pequena
contribuição que dedico a esse povo
aguerrido.

AGRADECIMENTOS

A Deus Yeshua, por toda força energética, capaz de orientar, acalantar e guiar nossa trajetória. Minha gratidão.

Ao professor Leonardo de Araújo e Mota pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação. Por ter confiado e acreditado em meus estudos.

A minha Mãe, Assunção, faço um agradecimento especial. Ela é a razão pela qual busco sempre melhorar, seja intelectualmente e até como ser humano. Fonte inesgotável de inspiração. Certamente é a pessoa que melhor conjuga o amor. Sem seu apoio, paciência, afeto e amor jamais concluiria o curso.

Ao meu pai, Henrique, agradeço por todo apoio: intelectual, material e afetivo. Quem melhor vi atrelar teoria e prática. Seu exemplo no combate por um mundo socialmente mais justo serviu de guia para minha vida. Neste trabalho, certamente, se faz presente algumas reflexões oriundas de nossas longas conversas.

À minha família, em especial as minhas tias Lúcia Silva, Socorro, Lúcia Tramm, Mauricéa (*in memoriam*) e Paula que sempre me ajudaram. Com uma palavra de confiança, respeito e bem souberam compreender minhas ausências, que a formação intelectual exige. Obrigado, também, pelos momentos felizes nos cafés das tardes de sábado. Aos meus tios Zé Damasco, Wedson, Lucimar, Luciano, Aloísio e Luan Diogo, vocês são exemplos de como é preciso botar fé na fé da moçada. Obrigado.

Aos meus primos/irmãos, Pedro Ivo, Jorge Rafael e Lívia Raíssa. Aprendo bastante com vocês. Em todos os aspectos. Obrigado pelo apoio incondicional durante a formulação deste trabalho e pelas amargosas frequentes em nossos encontros.

Aos amores e afetos que a universidade me proporcionou, meus amigos e minhas amigas. Espero não cometer injustiça e esquecer alguém. Agradeço a Raquel, Matheus, Yuri, Fran, Bianca, Jake, Nathan, Neide, Serjão, Jhonny e Rivanildo. Karl Marx, Jackson, Anna Paula. Também agradeço a Ana Flávia, Yasmin, Carol, Helen e Karina. Fico feliz por levar da universidade, para além do diploma, o afeto, respeito e amizade de vocês. Todos vocês acompanharam minha trajetória desde o início. Ajudaram, acolheram, entenderam e cuidaram de mim. Amo vocês.

.Aos meus amigos de fé, irmão e camaradas: Thiego Pires, Gutierre Farias. Obrigado por todo apoio, amizade sincera e pelas elucubrações que me ajudaram a formular o objeto de pesquisa desse trabalho. Chico dizia e é bem verdade: “Por que também sem a cachaça ninguém segura esse rojão”.

Aos meus amigos da Liberdade, que, muitas vezes, mesmo em face do desconhecimento sobre o objeto de estudo pesquisado, apoiaram, me fizeram sorrir e me ensinam muito. Muitos não tiveram a oportunidade de frequentar à universidade, mas são professores por excelência, me ensinaram o que é ser amigo: Zamba, Augusto, Divaldo, Alisson, Marcelo, Gustavo Allef, Gustavo Pereira, Mayara e Fabi.

Aos professores que fazem parte da banca: Jomar Ricardo e Ranieri Torres. Agradeço aos demais professores (as) do curso de Sociologia da UEPB. A contribuição de todos foi fundamental em minha formação

Que há um sol nascente avermelhando o céu
escuro
Chamando os homens pro seu tempo de viver
E que as crianças cantem livres sobre os
muros

E ensinem em sonho ao que não pode amar
sem dor
E que o passado abra os presentes pro futuro
Que não dormiu e preparou
O amanhã é seu.

(TAIGUARA – E QUE AS CRIANÇAS
CANTEM LIVRES)

RESUMO

O trabalho ora apresentado se insere na temática da sociologia política com ênfase no debate referente ao *impeachment* e a ascensão do Bolsonarismo. Buscando abordar os fenômenos a partir da contribuição dos movimentos sociais de juventude em Campina Grande-PB, nosso objeto de estudo ancora-se na problematização da crise decorrente da matriz econômica neodesenvolvimentista e seus impactos econômicos, sociais e políticos. Objetivando identificar as causalidades desses processos, além de especificamente examinar a perspectiva dos movimentos sociais e dos autores da sociologia contemporânea. Metodologicamente ancorados no materialismo histórico e dialético, utilizamos a contribuição de pensadores clássicos da ciência política, a exemplo de Antonio Gramsci. Destaca-se a importância da contribuição das elucubrações de Armando Boitto Jr. para este trabalho, nos utilizamos de suas obras como fio condutor deste trabalho. É importante ressaltar que a pesquisa é de natureza qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, avaliando as opiniões dos atores políticos atuantes nas organizações de juventude em Campina Grande-PB. Nossos resultados apontam para visões contraditórias acerca das interpretações sobre o *impeachment* e o bolsonarismo.

Palavras-Chave: *Impeachment*. Bolsonarismo. Crise econômica. Neodesenvolvimentismo.

RESUMÉ

Le travail présenté ici s'inscrit dans le thème de la sociologie politique et de la discussion autour de la destitution et de la montée du bolsonarisme. Approchant les phénomènes de la contribution des mouvements sociaux de jeunesse à Campina Grande – PB. Notre objet d'étude est associé dans la problématisation de la crise issue de la matrice économique néo-développementaliste et de ses impacts économiques, sociaux et politiques. Viser à identifier les causalités de ces processus, en plus d'examiner spécifiquement la perspective des mouvements sociaux et des auteurs de la sociologie contemporaine. Ancrés méthodologiquement dans le matérialisme historique et dialectique, nous utilisons l'apport de penseurs classiques en science politique, comme Antonio Gramsci. L'importance de l'apport des élucubrations d'Armando Boitto Jr pour ce travail est soulignée. Nous utilisons ses œuvres comme guide pour ce travail. Il est important de souligner que la recherche est de nature qualitative, avec des entretiens semi-structurés, évaluant les opinions des acteurs politiques travaillant dans les organisations de jeunesse à Campina Grande-PB. Nos résultats indiquent des points de vue contradictoires sur les interprétations de la destitution et du portefeuille.

Mots-clés: *Impeachment.* bolsonarisme. Crise économique. Néo-développementalisme

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As doações na Campanha de 2014.....	33
Figura 2 –	33
Figura 3 – Balanço da Lava Jato.....	41
Figura 4 – Bolsonarismo.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os 20 maiores doadores corporativos da campanha presidencial de Lula em 2006 (valores oficialmente declarados no Tribunal Superior Eleitoral)	34
Tabela 2 – Distribuição do eleitorado por tipo de religião.....	48
Tabela 3 – Gênero e espécie: fascismo original, neofascismo.....	51
Tabela 4 – Respostas aos questionamentos da entrevista.....	60
Tabela 5 – Respostas aos questionamentos da entrevista.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Eleitores por escolaridade nas eleições presidenciais de 2002 45
(azul) e 2018 (vermelho).....
- Gráfico 2 – Eleitores por escolaridade nas eleições presidenciais, em relação 46
ao partido.....
- Gráfico 3 – Eleitores por gênero de Haddad e Bolsonaro nas eleições 47
presidenciais.....
- Gráfico 4 – Desempenho de Bolsonaro na estratificação dos eleitores por 49
renda.....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
JPT	Juventude do Partido dos Trabalhadores
JSPDT	Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista
MPL	Movimento Passe Livre
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNF	Partido Nacional Fascista
PSDB	Partido do Social Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
UJ	União da Juventude Comunista
UJS	União da Juventude Socialista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS DE CONFLITO, HEGEMONIA E BLOCOS NO PODER NO PENSAMENTO MARXISTA.....	17
2.1	Hegemonia e blocos de poder.....	20
3	INTERPRETAÇÃO DOS AUTORES BRASILEIROS A LUZ DA TEORIA MARXISTA.....	28
3.1	Um balanço das experiências petistas a frente do Estado brasileiro.....	28
3.2	<i>O Impeachment</i>	34
3.3	O Bolsonarismo no contexto da crise brasileira.....	42
4	METODOLOGIA	54
5	OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE EM CAMPINA GRANDE-PB E A POLÍTICA DOS GOVERNOS DO PT: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

A nossa proposta de debate neste trabalho, ancora-se a partir de um conjunto de reflexões referentes à crise brasileira e seus desdobramentos na contemporaneidade. Compreender as mediações do processo de *impeachment*, na tentativa de investigar as supostas co-relações entre esse episódio da democracia brasileira e a ascensão de Jair Messias Bolsonaro em 2018, caracteriza-se como objeto central de nossa proposta. Nesse sentido, temos como objeto de estudo o *Impeachment* (2016), aquilo que denominamos como “ascensão”, percebida com a chegada de Jair Bolsonaro a presidência da república (2018), compreendidas a partir das interpretações dos movimentos sociais organizados.

Ainda referente ao nosso objeto de estudo, pretendemos interpretar a análise dos movimentos sociais de juventude, em Campina Grande-PB, sobre o período do *impeachment* e a ascensão de Bolsonaro. Elegemos cinco organizações de juventude para o referido trabalho e respectivamente os partidos as quais se vinculam: União da Juventude Socialista – UJS (Partido Comunista do Brasil), União da Juventude Comunista – UJC (Partido Comunista Brasileiro), Juventude Socialista – JSPDT (Partido Democrático Trabalhista), Juventude do Partido dos trabalhadores (Partido dos trabalhadores) e Juventude do PSOL (Juventude do PSOL).

Elegemos tais organizações por comporem aquilo que os cientistas políticos denominam como sendo legítimos representantes da multiplicidade partidária do jogo democrático brasileiro, nesse sentido, há organizações vinculadas programaticamente às tendências sociais democratas, socialistas, trabalhistas, comunistas e nacionalistas. É importante destacar que essas organizações compõem o debate político institucionalizado e, em última instância, são as juventudes organizadas na cidade de Campina Grande-PB. Pensamos, em um primeiro movimento, englobar organizações posicionadas mais a direita do espectro político, no entanto, não há representação de juventude na cidade.

Naquilo que concerne à problemática de nosso estudo, destacamos como pergunta de partida: Qual a relação que pode ser estabelecida entre o processo de *impeachment* e o bolsonarismo? A ascensão de Bolsonaro guarda algum tipo de relação com a matriz econômica adotada nas experiências petistas? Ademais, do ponto de vista político, quais as aproximações e os distanciamentos do cenário da crise (2016) e a ascensão de Bolsonaro? De que maneira se articulam a

desagregação da frente neodesenvolvimentista e o crescimento político de Jair Bolsonaro?

Além dessa questão central, é também de nosso interesse estabelecer o seguinte debate: De que maneira os intérpretes – Laura Carvalho (2018), Armando Boitto Junior (2018), Sérgio Lazzarini (2011) e Francisco de Oliveira (2010) –, a partir de distintas posições epistemológicas, explicam a crise brasileira? Além disso, quais diálogos possíveis, entre a interpretação desses autores e a leitura dos movimentos sociais?

Também é fundamental ressaltar que este trabalho teve origem a partir de uma pesquisa PIBIC (Programa de Iniciação Científica), quota 2020/2021, ainda em andamento, intitulada: “Da crise do novodesenvolvimentismo ao bolsonarismo: um estudo entre entidades de classe em Campina Grande-PB”. A relação entre os movimentos sociais e populares e a universidade pública no Brasil, sempre foi um tema recorrente nas mais variadas pesquisas nas humanidades: pensar a conjuntura social, econômica e política, na grande maioria dos casos, estabeleceu-se como questão central na sociologia. Justificamos a relevância desse trabalho a partir da proposta de contribuição ao debate sobre a crise brasileira que atinge parte significativa da nossa população. Recentemente a crise da covid 19, a de maior extensão na história da humanidade amedronta, mata, encarcera e destrói o tecido produtivo nacional, considerando essa particularidade, nossa proposta de pesquisa antecede esse trágico momento da história nacional.

No que se refere ao objetivo geral, temos o esforço de compreender os aspectos econômicos e políticos que potencializaram a crise que culminou no *impeachment/golpe* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. No que concerne aos objetivos específicos, buscamos compreender em que medida a contribuição de diversos autores se aproximam e se distanciam quando está em pauta a avaliação das experiências petistas. Para além da dicotomia moral, nosso enfoque encontra-se no papel assumido pelo Estado em sua relação com os setores da sociedade e, por conseguinte, seus desdobramentos nos marcos políticos do país.

As especificidades que pretendemos alcançar com esse trabalho residem em explicar o processo jurídico/político do *impeachment* e suas relações com a ascensão da onda conservadora no Brasil; compreender as potencialidades e os limites das contribuições dos pensadores sociológicos contemporâneos; abordar as possíveis relações entre os diálogos dos movimentos sociais com os autores da

sociologia para uma contribuição ao debate sobre a crise brasileira; apontar as causalidades do *impeachment*, da vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro e do fenômeno “Bolsonarismo” no Brasil; investigar a relação entre as matrizes econômicas adotadas pelos governos e seus respectivos impactos e desdobramentos nas governabilidades neoliberais; analisar os impactos da reorientação econômica do governo a partir das interpretações dos movimentos sociais, sobretudo das organizações de juventude.

Referente à metodologia, em nosso entendimento, o processo político brasileiro, estrutura-se a partir de uma série de determinações econômicas e sociais, nesse sentido, elegemos, na dimensão epistemológica, o materialismo histórico e dialético como aporte metodológico para nos referenciar nesse estudo. Nossa pesquisa é de natureza qualitativa, na medida em que busca, qualitativamente, abordar o fenômeno delimitado enquanto objeto de estudo. Não há dimensão quantitativa do trabalho, utilizamos uma abordagem qualitativa sobre dados quantitativos. Realizamos entrevistas semi-estruturadas.

Trabalhamos em se tratando de recorte espacial a cidade Campina Grande-PB, local do campus sede da UEPB, e no que concerne a temporalidade, o recorte de 2016 a 2018.

Entrevistamos atores sociais das organizações de juventude aqui no município, extraindo dessas entrevistas as fontes necessárias para nossas análises, articulando-as com os conceitos, na medida em que se compreende como construções lógicas. Estamos ancorados, nesse sentido, na contribuição do epistemólogo Pedro Demo (2017) e de Miriam Goldenberg (2004).

2 REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS DE CONFLITO, HEGEMONIA E BLOCOS NO PODER NO PENSAMENTO MARXISTA

O método investigativo da realidade ancorado na perspectiva epistemológica associada ao materialismo histórico e dialético é dotado de particularidades, mesmo na tese em que aponte a necessidade de se compreender o fenômeno social a partir do duplo caráter processual: aparência e essência, a partir de uma série de determinações postas a partir do movimento da própria realidade. Neste capítulo, para além de um esforço metodológico, nos propusemos a discutir a utilização das categorias *conflito*, *hegemonia* e *blocos no poder* a partir da apropriação teórico metodológico das ferramentas heurísticas da filosofia da práxis.

Pensar o processo do conflito no materialismo histórico dialético é remontar o processo de desenvolvimento histórico da sociedade. Nesse sentido, apresentamos a contribuição de Mandel (1978, p. 11):

Encontramos uma desigualdade social comparável à que existe no mundo capitalista em todas as sociedades anteriores que se sucederam ao longo da história [ou seja, ao longo do período de existência da humanidade sobre a terra, do qual possuímos testemunhos escritos. Eis uma descrição [...] Na sociedade da alta idade média, em que predominava a servidão, o nobre senhor dispunha com muita frequência de metade do trabalho ou de metade da colheita dos camponeses servos... O mesmo se passava nas diferentes sociedades do oriente clássico (egípcio, sírio, babilônio, persa, índia e china)] sociedades baseadas na agricultura.

Dessa afirmativa produzida por Mandel, ao remontar, do ponto de vista histórico o processo de desenvolvimento das sociedades humanas a partir da dinâmica da produção e reprodução das condições materiais de sobrevivência, destacamos que nem todo processo de desigualdade social, é, fundamentalmente, uma desigualdade de classe social. Na prática, esse esforço analítico nos é interessante para mais adiante tratarmos das categorias. O percurso que trilharemos no capítulo inicial se dará a partir de uma conceituação tendo como ponto de partida a noção de Estado em Marx (2007). Ainda referente à contribuição de Mandel (1982, p.13): “A desigualdade de classe é uma desigualdade que tem as suas raízes na estrutura e no desenvolvimento normal da vida econômica e que é mantida e acentuada pelas principais instituições sociais e jurídicas da época”.

Com base no pressuposto abordado por Mandel, a origem da desigualdade de classe situa-se no cerne da estrutura social. Nesse sentido, a via jurídica, segundo Lukacs¹, não está desarticulada do tecido social, isto é, o direito em sua expressão social e política, internaliza e reproduz a dinâmica da totalidade do processo social.

No desenvolvimento de sua tese, Marx (2007) formula a ideia de que o Estado emerge quando certas funções que, anteriormente, em outros grupos sociais, eram executadas pela coletividade passam a pertencer a um grupo separado. Portanto, o seu surgimento se dá com uma base material na medida em que o nível de desenvolvimento do conjunto das forças produtivas potencializaram quatro aspectos destacados por Mandel (1978, p.34):

Um exército distinto da massa dos cidadãos armados; juízes distintos da massa dos cidadãos, julgando os seus semelhantes; chefes hereditários, reis, nobres em vez de representantes ou de dirigentes de tal ou tal atividade designados temporariamente e sempre revogáveis, produtores de ideologia (padres, clérigos, professores, filósofos, escribas), separados do resto da coletividade.

Em síntese a origem do Estado é expressão de um processo de transformação: uma transformação social e outra política que, em última instância, permite alienar (separar) um grupo dos demais membros da coletividade. A singularidade do Estado ao serviço das classes dominantes tornar-se-á, fundamentalmente, o traço central de nossa análise.

Aquilo que os economistas clássicos trataram como o sobre-produto social² é uma das singularidades que permitirão aos nobres no feudalismo exercer seu domínio, a partir do processo de coerção física e moral e da integração ideológica. No entanto, a concepção de Estado ampliada por Lênin (2007, p.27) e também utilizada por Gramsci será o fio condutor de nossa primeira incursão no presente trabalho. Por isso, utilizaremos a noção sugerida pelo pensador Russo, quando ele defende que:

¹ Referência na obra de José Paulo Netto, 2004, Marxismo Impenitente. Obra em que o pensador brasileiro se propõe a discutir a utilização do método de Marx

² [Compreendemos como sobre-produto social a produção de excedentes ainda nos modelos de sociedades primitivos, base pela qual, garante, o aparecimento do Estado, a partir da apropriação privada dos fatores da produção]

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne o papel histórico e à significação do Estado. O Estado é produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que contradições de classes são inconciliáveis [...] Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes”.

O processo de formulação de um desenho de Estado na tradição do pensamento marxista, como abordado acima, origina-se das contribuições do próprio pensador alemão, desenvolvidas por uma série de outros intelectuais, a exemplo de Lênin e de Gramsci. Neste sentido, o filósofo político italiano dirá sobre o Estado:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis a expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2000, p. 41-42)

Sendo o Estado em Gramsci (2000) um instrumento de opressão e dominação de classe, a relação que se estabelece ancora-se através de dois grupos: subordinados e dominantes. A mesma separação que o Marx (2007) estabelece entre proletários e burgueses, ou seja, a relação da sociedade civil é instituída, para Gramsci, a partir desse conflito entre dominantes e dominados. O conflito, logo, é o motor das relações sociais.

No entanto, há questões subjetivas no interior deste conflito, a exemplo daquilo que o Gramsci (2000, p.21) conceituará como Hegemonia : “[...] a função precisamente organizativas e conectivas da relação que o dominante exerce em toda sociedade é aquela “domínio direto” ou de comando que, se expressa no Estado e no governo jurídico”.

Antes de aprofundarmo-nos na discussão acerca da categoria hegemonia, trataremos, ainda, um pouco mais, sobre a noção de conflito. Considerando que, a

teoria do conflito passa a ser compreendida à luz do marxismo como expressão política de enfrentamento, tanto setorial – em táticas e estratégicas específicas – quanto estrutural, utilizaremos a abordagem referente à relação da teoria do conflito, dinamizando-a a partir da estrutura social, isto é, utilizando o conceito de luta de classes.

Marx (2007, p. 61), na ideologia alemã, ao versar sobre a relação dos indivíduos e as classes sociais é categórico ao afirmar que:

Indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra outra classe; quanto ao mais, eles se comportam como inimigos na concorrência. [...]Por outro lado, a classe torna-se, por sua vez, independente em relação aos indivíduos, de maneira que esses têm suas condições de vida estabelecidas antecipadamente, recebem de sua classe, já delineada, sua posição na vida e ao mesmo tempo seu desenvolvimento pessoal; são subordinados à sua classe.

Portanto, tomaremos a noção de *conflito e luta de classes* como o movimento de unidade e luta das classes antagônicas, na disputa pela produção econômica, no patamar da busca pela hegemonia na política e na cultura, articuladas por uma base intra-estrutural e super estrutural.

2.1 Hegemonia e blocos de poder

Tomaremos nesse tópico a conceituação de *Hegemonia*. Para tanto, remontaremos a noção de subalternos em Gramsci (2000). Se anteriormente tomamos como elemento central de nossa análise, a conceituação de classes sociais na tradição do pensamento social marxiano, nossa proposta, para o desenvolvimento desta abordagem situa-se na distinção conceitual das categorias *classes sociais* e *grupos subalternos*.

Somos da compreensão que o processo de disputa – *Impeachment* – entre as frações de classe alocadas no entorno do Estado brasileiro, se deu pela busca pela hegemonia política nos blocos de poder dominantes. Para validarmos essa análise, obrigatoriamente, perpassaremos metodologicamente ancorados no materialismo histórico dialético, pela diferenciação conceitual entre classes sociais e grupos subalternos. Antes de ingressarmos objetivamente no debate, adiantamos que neste tópico do capítulo trilharemos a seguir.

Se considerarmos classes sociais como uma categoria, ou seja, uma unidade dialética relacional, capaz de captar expressar e explicar as especificidades da

realidade, uma série de outras categorias passarão a derivar da mesma, por exemplo: Em uma sociedade de trabalho flexível, uberizado com predomínio do capital financeiro sobre o produtivo, daí derivam, contemporaneamente os conflitos de classe, burguesia, proletariado etc. O fato é que estes conceitos são relacionais e estão todos articulados dialeticamente, expressando, assim, um conjunto de relações sociais que dão organicidade ao capital. O filósofo político italiano Antonio Gramsci (2000) – um dos autores que juntamente com Armando Boitto Jr. (2018) são os fios condutores deste trabalho –, em suas elucubrações pré-carcerárias, propõe-se a desenvolver uma elaboração que superasse as noções específicas de classe operária e proletariado. Na concepção de Del Roio (2007), a maior probabilidade é que tenha em sua elaboração se tratado de um desenvolvimento, ao qual partiu da especificidade da questão operária, relacionados a níveis sempre mais altos tanto de complexidade quanto de generalidade, objetivando uma conceituação científica que englobasse elementos os quais pudesse formar uma nova sociedade anticapitalista.

É durante a experiência de Gramsci (2000) em Torino, com os conselhos de fábrica, com o fim do ciclo revolucionário em 1923, ao deparar-se com a profunda desigualdade entre as colônias do sul e do norte³. Gramsci percebe que para buscar compreender as causas dos insucessos político dos trabalhadores, os conceitos clássicos como proletários, burgueses, classe operária, não dariam mais conta de explicar as especificidades política. Galastri (2014, p.36) dirá: “As diferenças entre o Norte e o Sul, as oposições entre os próprios trabalhadores de uma e outra região, os diferentes níveis culturais relativos às diferenças de classe, tudo isso precisava ser rigorosamente apreendido se se quisesse traçar uma estratégia socialista para a Itália”.

Para Antonio Gramsci (2001, p.238), “a história dos grupos subalternos é, necessariamente, desagregada e episódica e a tendência que tais grupos possuem para a unificação, só se concretizaria com uma vitória política permanente”. Portanto, Gramsci distinguirá grupos subalternos do conceito de classes sociais a partir do aspecto cultural. O pensador tratará de explicar a subalternidade a partir de um processo de profunda dominação política que se expressará no patamar da

³ [na obra intitulada: “A questão meridional” o autor discute o processo de constituição territorial e econômica desigual, remontando noções importantes no marxismo, acerca das particularidades do desenvolvimento do capitalismo]

cultura. Também entenderá os grupos subalternos como um “conjunto” de massas, que, diante do processo de dominação político e cultural não se interligam com as classes sociais.

Os grupos subalternos não estão necessariamente unificados em classes sociais, pois, para que isso ocorresse, deveriam possuir formações, agregados próprios que intervissem politicamente na relação de forças sociais vigente em determinada formação social. Considerando a “unidade histórica fundamental” como resultado das relações orgânicas entre Estado e sociedade civil, Gramsci conclui que as classes subalternas, por definição não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem “se tornar Estado” (GRAMISCI, 2001, p.2288).

Adotamos o mesmo critério conceitual utilizado por Gramsci, por acreditarmos que o caso brasileiro guarda similaridades com a experiência italiana. A composição histórica do território nacional e o processo de desenvolvimento do capitalismo aqui se aproximam com a experiência estudada pelo autor. Oliveira (1981) dirá que a formação do capitalismo brasileiro é, em síntese, desigual e combinada. Desigual na medida em que, dentro de sua delimitação geográfica há setores da economia que são desenvolvidas e outras não, são combinadas porque para o pleno desenvolvimento de uma fração da sociedade, há, fundamentalmente, a necessidade de subdesenvolvimento do outro. Assim desenvolve-se o capitalismo brasileiro: desigual e combinado – sendo o sudeste desenvolvido e não permitindo o desenvolvimento do nordeste- sob o aspecto da superexploração da força de trabalho.

Entendemos que a composição dos grupos sociais no Brasil rompe com o ideário tradicional de proletários e burgueses, sem negar essa perspectiva como princípio, mas o modelo de desenvolvimento assentado na acumulação flexível redesenhou as relações, jogando a margem da própria condição de classe operária milhares de Brasileiros. Utilizaremos, ao tratar desta fração da sociedade brasileira, a noção de grupos subalternos.

Problematizar a realidade brasileira a luz da filosofia política Gramsciana, nos exige explicitar a importante relação infra-estrutura e superestrutura. Uma das mais significativas contribuições de Gramsci (2001) para o estudo das ciências sociais reside na importante e sistemática análise entre esses polos. As posições hegemônicas no marxismo durante o século XX insistiam em uma análise mecanicista, em que, obrigatoriamente, a infra-estrutura composta pelos elementos

associados a produção, em última instância determinariam a superestrutura. Gramsci reconhece o equilíbrio na articulação dialética entre infra-estrutura e a super estrutura.

Se por um lado o mecanicismo determinista reduzia a superestrutura, o utilitarismo, também, condicionava a infra-estrutura. Gramsci (2001), apropriado da noção de “processo histórico”³ a partir de Marx (2007), compreende a relação a partir da articulação dialética dos polos (infra e super) estruturais, associados ao conceito de Bloco Histórico, sendo, o bloco histórico, portanto, segundo Neris (2001, p.214):

O bloco histórico representa, portanto, o conjunto organicamente articulado que combina forma e conteúdo, superestrutura e estrutura, ideologia e economia, fornecendo estabilidade histórica a uma determinada totalidade social. Assim, a estrutura e a superestrutura não são concebidas como realidades autônomas, atuando uma sobre a outra de uma perspectiva externa, como se tratasse de uma interação própria de elementos independentes.

Sobre o conceito de *Bloco Histórico*, o autor continua:

O conceito de bloco histórico permite apreender a concreticidade da vida social, mostrando que na práxis histórica as relações de produção e a vontade humana estão indissolúvelmente imbricadas, formando uma unidade orgânica entre instância econômica e cultura própria da atividade social humana.

Williams (2011), ancorado nas reflexões de Gramsci, produz um movimento singular, buscando, também, reorientar a relação entre os polos. A concepção sugerida pelo autor rompe com a ideia *Aulthusseriana*⁴ que submete a superestrutura a determinação da estrutura.

Para o pensador britânico, assim como para Gramsci, a articulação entre estrutura e superestrutura deve ser percebida de forma dialética, buscando captar o movimento da realidade a partir de suas contradições e dinâmicas, sem desprezar a complexidade das relações humanas.

Nosso objeto de estudo neste trabalho atua naquilo que é concebido por esses autores como parte da superestrutura, sobretudo por investigar as interpretações dos movimentos de juventude acerca da crise brasileira. O processo de *impeachment* e a ascensão de Bolsonaro, rituais de passagem em nossa

⁴ Aparelhos ideológicos do Estado. Aulthusser, Louis, editora Paz e Terra, São Paulo, 2009.

proposta, se deram, também, no âmbito da disputa ideológica, em que os meios de comunicação, com ênfase a imprensa hegemônica e as redes sociais desempenharam um papel central no processo de convencimento e/ou negação das plataformas políticas. Buscaremos, a partir da contribuição de Williams, em seus diálogos teóricos com Gramsci, explicitar a relação entre os pólos estruturantes da sociedade e suas expressões, a exemplo dos meios de comunicação.

Com base nessa relação estrutura/superestrutura, os meios de comunicação, serão, para Williams (2011), partes constitutivas dos meios de produção, sobretudo a partir da expansão tecnológica – e sua forma de organização na produção – e a lógica da acumulação flexível. Acerca desse debate, Barros (2019, p. 89-90) dirá:

Há ainda que se considerar que cada local se apropria dos modos de produção capitalista em conformidade com os aspectos particulares e singulares do território, inclusive a força produtiva. Essa problemática também está relacionada aos meios de produção nos meios de comunicação. Na construção de narrativas sobre o cotidiano, o conteúdo precisa tomar forma e adequar-se ao meio. Isso não significa que as escolhas feitas são meramente técnicas e, nessa perspectiva, neutras – e muito menos que se conceba técnica como neutra, distinta e isolada das dinâmicas sociais. No processo produtivo da comunicação, há a organização de determinados temas, e os profissionais que constroem a narrativa, como acontece no jornalismo, por exemplo, optam por enquadrar o fato de uma forma e não de outra, enfocando um modo de ver em detrimento do outro [...] A perspectiva do narrador e dos meios de produção interferem, diretamente no que é narrado.

Os conglomerados de comunicação, com uma base analítica fincada na perspectiva do materialismo perpassa, em primeiro momento, o debate acerca da ideologia, sobretudo a luz da contribuição de Gramsci (2002), no entanto, para aproximar a questão da propriedade com o conteúdo da mídia, Williams (2011) produz a crítica a redução da relação entre estrutura e super estrutura, assim destaca Gomes e Antunes (2019, p 10.):

Williams visa, com isso, ultrapassar a perspectiva marxista de abordagem em torno da aporia entre “superestrutura ideológica” e “infraestrutura material”. Para ele, não se trata de apontar um plano da cultura como esfera própria e particular de ação social, como atividade de representação de um grupo social ou como determinação e projeção de outra esfera da realidade (política, econômica etc.). Mas é preciso reconhecer que algum dualismo permanece em sua obra, mesmo que permanentemente reelaborado até a formulação alcançada em Marxismo e Literatura (FUCHS,

2017; JONES, 2016) e em trabalhos posteriores, especialmente com sua apropriação à noção de hegemonia de Antonio Gramsci.

Referente à noção de conglomerado de comunicação, com base na contribuição de Williams (2011), estamos considerando comunicação como meios de produção comunicativa e cultural, com base na tendência histórica de concentração de capital e formação de oligopólios. Destacamos o dado que aponta que quatro grandes grupos de mídia possuem 70% da audiência da TV aberta no Brasil, portanto, é exatamente nesse movimento de circulação do conteúdo e concentração da comunicação que ancoramos nossa reflexão para nosso objeto de estudo.

Fundamentalmente, tratar a sociedade civil e a sociedade política para o pensador italiano, remete-nos a aspectos gerais da composição do Estado. O fato é que as características referentes à ideologia das classes dominantes, uma concepção de mundo fincada a teoria e ao método dominante espelha, segundo Gramsci, a direção da sociedade.

Assentar o debate referente à direção ideológica da sociedade, para Portelli, (1974, p. 18-19), a partir da discussão de Wanderley (2012, p.8), significa “[...] direção ideológica da sociedade, se articula em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura” ideológica — quer dizer, as organizações que criam e difundem a ideologia —, e o “material” ideológico, quer dizer, os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, meios de comunicação de massa, bibliotecas etc.).

Com relação à discussão sobre Hegemonia, o Estado que, para o autor, é a síntese da relação entre sociedade civil e sociedade política:

[...] podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 2004, p. 20-21).

Logo, pensar a sociedade civil e a sociedade política em Gramsci remete a composição e a concepção própria de Estado. Em essência sociedade civil seria “[...] o conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados [...] e que

correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI, 1972, p. 16).

Acanda (2006, p. 179)

Família, igrejas, escolas, sindicatos, partidos, meios de comunicação de massa e até mesmo o senso comum compartilhado por todos, e que determina aquilo que é aceito como normal, natural e evidente, são elementos de um espaço cuja denominação como sociedade civil não indica seu alheamento em relação às lutas políticas pelo poder, mas um campo específico do aprofundamento da hegemonia de uma classe. Ainda que as instituições repressivas continuem sendo um instrumento imprescindível para a classe dominante, a coerção absoluta nunca foi uma opção viável.

Nesse sentido, Gramsci compreende a hegemonia como uma construção elaborada de uma concepção de mundo que se estabelece no campo da dominação política e cultura. Logo, Hegemonia é uma unidade dialética entre teoria – do proletariado- e ação – política revolucionária. A “nova hegemonia” proposta pelo autor redesenha as relações sociais. Rompendo com os aparelhos de dominação pertencentes ao Estado sob o controle das classes dirigentes, construindo, assim, no patamar da superestrutura novas relações humanas. Em síntese, trata-se do processo de absorção da sociedade política pela sociedade civil.

Recorremos, novamente a Gramsci (2002, p.59), já tratado neste trabalho, para novamente explicitar como Hegemonia: “A função precisamente organizativas e conectivas da relação que o dominante exerce em toda sociedade é aquela “domínio direto” ou de comando que, se expressa no Estado e no governo jurídico”. Portanto:

[...] o “exercício ‘normal’ da hegemonia” no contexto do regime parlamentar, caracteriza-se pela “combinação da força e do consenso que se equilibram variadamente” sem que a força supere em muito o consenso, mas sim que “apareça apoiada sobre o consenso da maioria, expresso pelos assim chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações” que, em determinadas situações, se multiplicam de forma artificial. Acentua que tal sistema político funciona pela deliberação parlamentar e pode atuar substituindo a legislação ordinária pelo emprego mais ou menos extensivo de decretos-leis, assim como a regulamentação de leis fundamentais a fim de restringir sua aplicação, servem para manter esse equilíbrio entre força e consenso (GRAMSCI, 1975 [1978, Q. 13, p. 1638]

Sintetizando:

Um grupo social que possui uma concepção própria do mundo, embora embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente, ou seja, quando tal grupo se

movimenta como um conjunto orgânico, toma de empréstimo de outro grupo, por razões de submissão e de subordinação intelectual, uma concepção que não é sua e a afirma por palavras e também acredita segui-la, porque a segue em ‘tempos normais’, isto é, quando a conduta não é independente e autônoma, mas submissa e subordinada. E é por isso que não se pode separar a filosofia da política, mas pode-se, ao contrário, demonstrar que a escolha e a crítica a uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos. (GRAMSCI, 1975 [1978, Q. 11, & 12, p. 1379])

Com base nessa perspectiva de hegemonia, no capítulo seguinte analisaremos os percursos assumidos durante frações de classe, organismos do Estado e parcelas da sociedade civil organizada durante o recorte do *impeachment* e da ascensão de Bolsonaro.

Já em relação aos blocos de poder, compreendemos que não é uma categoria usualmente utilizada na comunicação, sobretudo pelo fato do próprio teórico não ter conceituado blocos de poder, mas, para nós, blocos de poder, é: a expressão da relação – no patamar do conflito- entre o bloco histórico e a dinâmica produtiva de um determinado sistema. Sendo, portanto, bloco histórico “[...] a unidade entre natureza e espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2002, p. 26.) Ou seja, bloco de poder é, para nós, a expressão política do conflito entre estrutura e superestrutura. Recorrendo ao conceito estabelecido por Poulantzas (1980), buscando diálogos entre o autor e Gramsci (2002), Bloco no poder é, em última instância, formatado pelas classes e suas frações que ocupam o lócus da dominação da luta política de classes. Com base na literatura de Poulantzas, articulado com o conceito de hegemonia, bloco no poder se explicita, segundo Pinto e Balanco (2014, p.45) a partir de três elementos:, pelo conjunto de específicas instituições do Estado capitalista na relação que estabelecem com a luta política de classe; “ESTADO AMPLIADO” Gramsciano, ou seja, (SOCIEDADE CIVIL + SOCIEDADE POLÍTICA)” e através do campo das práticas políticas oriundas das classes bem como das frações dominantes em uma específica conjuntura capitalista.

3 INTERPRETAÇÃO DOS AUTORES BRASILEIROS A LUZ DA TEORIA MARXISTA

Elegemos quatro autores para discutirmos as experiências petistas sob o controle do Estado: Laura Carvalho (2018), Armando Boitto Junior (2018), Sergio Lazzarini (2011) e Francisco de Oliveira (2010). Trata-se, em nosso entendimento, de autores que partem de premissas epistemológicas distintas e, como dado particular, nos auxiliará a compreender, a partir de uma tradição do pensamento sociológico o processo de *impeachment* e o fenômeno bolsonarismo.

Vale ressaltar que nossa proposta não é o confronto entre as perspectivas dos autores, nossa intenção é a de apresentar as diferentes posições dos autores na interpretação da decadência da frente neodesenvolvimentista.

3.1. Um balanço das experiências petistas a frente do Estado brasileiro

A partir de janeiro de 2003, instaurou-se no Brasil uma experiência particular: a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. A análise de Laura Carvalho (2018) está situada a partir de quatro movimentos: O milagrinho brasileiro, a agenda FIESP, a panacéia fiscal e acertando os passos.

No que se refere ao milagrinho brasileiro, Carvalho (2018, p.13) dirá: “As altas taxas de crescimento da economia chinesa e sua demanda crescente pelas chamadas *commodities*, tiveram impactos positivos e beneficiaram o conjunto das economias latino-americanas, no século XXI”. Esse primeiro momento do chamado “milagrinho brasileiro”, ficará marcado pela política de transferência de renda, sobretudo a partir do programa Bolsa Família, com ênfase nos períodos de 2003 a 2005. Em 2004, aponta a economista, o crescimento da economia marcou 5,8%. A autora dirá, inclusive, que esses indicadores têm base no aumento das exportações que chegou ao número de 14.5% no referido ano. Sobre o momento de crescimento, Carvalho (2018, p.19) enfatiza: “Além da distribuição de renda na base da pirâmide social, o maior acesso a crédito e maiores investimentos públicos em infra-estrutura física e social, foram os pilares do crescimento inclusivo do período do milagrinho”.

A grande distinção feita pela autora, para caracterizar o período do milagre econômico durante a ditadura militar, está no fato de que durante o período ditatorial

a desigualdade crescia exponencialmente e nos governos do PT, não. Entre 2006 e 2010 houve redução da desigualdade, transferência de renda, valorização do salário mínimo e a inclusão no mercado de trabalho formal, sobretudo a partir da concessão de créditos e da política de juros baixos com prazos elevados. Nesse sentido, os investimentos públicos, no mesmo período, cresceram 27.6% ao ano a partir da ampliação do PAC:

O fato é que entre 2006-2010 o fortalecimento do mercado interno, aceleração do salário mínimo, universalidade de programas de transferências de renda, expansão no acesso a crédito e investimentos públicos aliado ao crescimento econômico e dinamismo do mercado de trabalho, não implica durar que isso fosse durar para sempre ou isento de desafios, mas foram essas medidas que proporcionou o país a alçar vôos altos (CARVALHO, 2018, p.42-43).

Em que pese esse momento de *boom* da economia, o jogo político e a correlação de forças no governo exigia uma série de mudanças. As disputas internas entre as frações de classe¹, sobretudo o setor associado à indústria, esperava da presidenta recém-eleita medidas austeras, a exemplo de um ajuste fiscal e de uma reorientação na matriz econômica do Estado.

A superação desses limites exigia encarar de frente os conflitos mais acirrados, de modo a conferir maior solidez aos pilares do modelo. Infelizmente, o caminho escolhido a partir de 2011, embora tenha partido do enfrentamento de alguns desses conflitos, acabou levando também à substituição de alguns eixos importantes da política econômica do milagrinho por um conjunto de medidas ineficazes (CARVALHO, 2018, p.53).

A famigerada agenda FIESP que Carvalho faz alusão, reside em um conjunto de medidas que, segundo a autora, tratou-se do abandono da agenda política e econômica que marcara o “milagrinho”. Os impactos da execução de uma agenda austera, no sentido político, apontaram para um desgaste, na medida em que passa a impactar dramaticamente a vida das famílias brasileiras, com ênfase para o disparo da inflação a partir do momento em que a SELIC registra o marco de 5,3% em 2014.

¹ Boitto, argumenta a existência de duas burguesias. Uma de caráter financeiro e outra associada ao imperialismo. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT.** São Paulo; Campinas: Unesp; Unicamp, 2018.

Referente aos dados, (CARVALHO, 2018.p.95) diz que a inflação no ano de 2014, no governo Dilma, apontou a 6.75%. Atribui-se isso a alta do dólar e ao processo de desaceleração da economia. Quanto a desaceleração observa-se todos os componentes do PIB, o baixo consumo das famílias e a queda dos preços das *commodities*.

A partir da vitória nas eleições presidenciais de 2014, com uma diferença de pouco mais de 3%, a tônica do segundo governo Dilma Rousseff foi austeridade econômica com todo receituário neoliberal. Banqueiros sob a liderança do ministério da fazenda somam-se a isso uma série de denúncias de corrupção a partir da investigação lava-jato, cujo alvo central era membros do Partido dos Trabalhadores.

A defesa de Francisco de Oliveira (2010), no debate sobre a hegemonia as avessas, sintetiza as experiências petistas a partir de movimentos singulares. A percepção de Oliveira (2010) é a de que Lula radicalizou no descumprimento de um mandato que lhe foi conferido pra reverter o desastre de FHC. É nesse contexto que opera a “hegemonia às avessas”.

No que o autor se refere à era Lula, quando o debate econômico se estabelece, é de que sua taxa de crescimento médio, nos seis anos, é inferior à taxa histórica da economia brasileira:

O crescimento tem se baseado numa volta à “vocação agrícola” do país, sustentado por exportações de *commodities* agropecuárias – o Brasil, um país de famintos, é hoje o maior exportador mundial de carne bovina – e de minério de ferro, graças às pesadas importações da China... As exportações voltaram a ser lideradas pelos bens primários, o que não acontecia desde 1978 (OLIVEIRA, 2010, p. 373).

O autor dirá, também, que a diminuição da pobreza e da desigualdade, baseada no programa bolsa família, é contraditória, pelo fato de que o pagamento do serviço da dívida, gira em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra uma oscilação entre 10 e 15 bilhões de reais por ano do bolsa família. Outro processo denunciado por Oliveira (2010, p.374) se dá partir de um estudo da FGV, que dirá:

A fundação Getúlio Vargas divulgou, no fim de setembro, uma pesquisa que prova que a classe que mais cresceu proporcionalmente de 2003 a 2008, não foi a C nem a D. Foi, isso sim, as classes A e B, que têm renda familiar acima de 4.807 reais –

e o dado não leva em conta a valorização da propriedade, ações e investimentos financeiros.

A tese de hegemonia às avessas, explica Oliveira, é a de que o dominado conduz a política em benefício do dominador. O argumento do autor de que o PT se propôs a gerenciar o capitalismo em sua face financeira e, esse movimento é marcado pelo atraso, sobretudo por que nega as reivindicações centrais da classe trabalhadora. Além da crítica a política do culto a personalidade, Oliveira é contundente ao afirmar que o lulismo não aponta nenhuma novidade do ponto de vista das dinâmicas de classes. Para o autor, as experiências petistas foram marcadas por uma elevação econômica que permitiu que determinados estratos da sociedade tivessem acesso a bens e serviços.

Armando Boitto Junior (2018) defende a tese de que há, nesse cenário, uma disputa interna na burguesia brasileira, ao qual ele denominará da “burguesia vinculado ao setor da infra-estrutura e dos estaleiros navais” e outra financeira. Conforme exposição de Laura Carvalho (2018), o marco neodesenvolvimentista exerce protagonismo nos anos iniciais dos governos petistas, enquanto o campo neoliberal, vinculado ao rentismo, ficará de lado.

A ofensiva neoliberal toma força a partir de três movimentos. Boitto Junior (2018) argumenta que a atuação da classe média nas manifestações políticas propiciaram as condições para esse fenômeno, na medida em que se torna força social militante, outro fato levantado pelo autor é o processo de desagregação de uma burguesia interna associada a frente neodesenvolvimentista e, por último, o fenômeno político do recuo do governo Dilma frente à ofensiva desse setor que, em última instância, retroalimentou a crise da frente neodesenvolvimentista.

No desenvolvimento de sua análise, Boitto Junior (2018) nos apresenta elementos importantes desse conflito intra-classe, a partir da contribuição de Poulantzas (1980)² e seu debate sobre blocos no poder. A tese do autor é a de uma ascensão da política econômica que favorecia uma burguesia interna de neodesenvolvimentista na periferia do capital.

A contradição se estabelece, nesse momento, no fato de que a burguesia interna brasileira, mesmo favorecida com a matriz econômica estabelecida por Lula, não constitui hegemonia no interior desse bloco de poder. Os movimentos internos

²Poulantzas (1980) utiliza a noção de fração de classes para apontar que não homogeneidade nas relações internas de classe, cuja base, também, está ancorada na noção de poder e conflito.

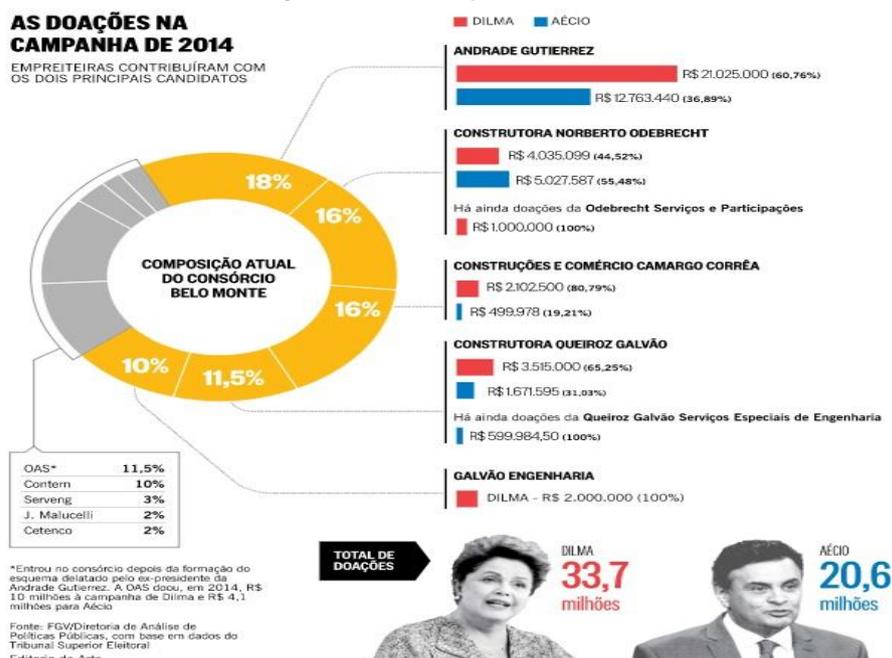
dessas duas frações da burguesia são fundamentais para compreendermos seus papéis e o desembocar da crise econômica.

As condições ofertadas para a política neodesenvolvimentista empreendidas a partir das experiências nos governos petistas guardam, como particularidade histórica, o único modelo de crescimento permitido pelas potências do centro do capital. Na medida em que pode ser caracterizado a partir de taxas de crescimento inferiores e por uma menor capacidade de distribuição de renda quando comparadas ao desenvolvimentismo original.

Essa particularidade, em nossa análise, ancora-se no caráter das forças produtivas locais, ou seja, expansão da atividade agrícola, por intermédio do agronegócio e a baixa densidade tecnológica de aparato industrial. A opção do governo por esse modelo de desenvolvimento, em nosso entendimento, reforça o caráter dependente do capitalismo brasileiro, mesmo em que pese o “desinteresse” com relação à agenda da burguesia interna, cujo desejo é a de expansão do imperialismo, com a subordinação do Estado ao capital estrangeiro.

O fim da frente neodesenvolvimentista, explica Boitto Junior (2018) culminará no *impeachment* e, esse processo, acentua-se a partir de 2013, quando esse modelo de crescimento começa a apontar nítidos esgotamentos. Abordar a relação entre a política econômica austera no segundo governo Dilma, perpassa, em nossa concepção, a análise dos laços políticos estabelecidos pela mandatária, vide o caso das doações das empresas na candidatura:

FIGURA 1 – As doações na Campanha de 2014



Fonte: FVG/Diretoria de análise de políticas públicas. Com base nos dados do TSE. Editoria de arte

FIGURA 2 – Doações



Uma relação importante para compreender a articulação entre os governos do Partido dos Trabalhadores e a iniciativa privada, em nosso entendimento, está na obra de Sérgio Lazzarini (2011), intitulada: “Capitalismo de laços: Os donos de Brasil e suas conexões”. No entanto, a subordinação do Estado aos interesses do setor privado, é analisado por Armando Boitto Junior (2018) e, com base nos dados

publicados pelo TSE referente à campanha presidencial de 2006, percebe-se que essa relação antecede o mandato da presidenta Dilma. Conforme a tabela extraída da obra de Lazzarini (2011, p.69):

TABELA 1 – Os 20 maiores doadores corporativos da campanha presidencial de Lula em 2006 (valores oficialmente declarados no Tribunal Superior Eleitoral)

DOADORES	VALOR
VALE	4.050.000,00
CUTRALE	4.000.000,00
Camargo Corrêa	3.504.000,00
Banco Itaú	3.500.000,00
Gerdau	3.100.000,00
JBS-Friboi	2.502.000,00
Bradesco	2.500.000,00
CSN/Vicunha	2.266.000,00
FSTP Brasil	2.000.000,00
Votorantim	1.700.000,00
DAS	1.700.000,00
Andrade Gutierrez	1.520.000,00
Banco ABN AMRO Real	1.500.000,00
Ambev	1.500.000,00
Embraer	1.300.000,00
Unibanco	1.300.000,00
Coopersucar	1.286.000,00
UTV Engenharia	1.000.000,00
Unigel/Acrinor	2.000.000,00
Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS)	1.000.000,00

Fonte: Lazzarini (2011)

Portanto, para pensarmos o processo de *impeachment*, em nosso entendimento, fez-se necessário o remonte de toda economia política adotada durante as experiências dos governos Petistas, o jogo de interesses ali desenhados, a atuação das elites, sobretudo as vinculadas à plutocracia – a burguesia financeira – o financiamento privado das campanhas – dado até então permitido pelo Tribunal Superior Eleitoral – e a composição social das classes naquele recorte específico.

3.2 O Impeachment

Utilizaremos uma questão já sugerida por Boitto Jr. (2016, p.23) do artigo “Os atores e o enredo da crise política”. “[...] Quais são os atores e qual é o enredo do drama chamado crise?” Sabemos, notadamente, que no dado da política, e na

análise da ciência política, há uma tradição do pensamento que busca a explicação dos fenômenos por intermédio da luta entre grandes personalidades: O famoso personalismo político. O cenário em que nosso objeto foi delimitado, até então, tinha Dilma Rousseff e Aécio Neves como principais expoentes. O elemento do personalismo e do confronto entre os dois não nos serve como elemento explicativo para o *impeachment*. Por um dado simples, colhido da própria realidade: o líder político do PSDB até então, ao não aceitar e contestar o resultado das urnas nas eleições presidenciais de 2014, foi destacado para o segundo plano da cena política e, na esteira disso, emerge um novo fenômeno, com características particulares – o bolsonarismo –, que analisaremos mais adiante. Portanto, não é razoável a defesa de que alguns políticos podem definir sozinhos os rumos da política.

Também é relevante apontar que em nossa análise, diferentemente da concepção liberal de política, que segundo Boitto Jr. (2016, p.24) “[...] é aquela que concebe o processo como uma luta de ideias, valores ou de projetos”, ou seja, tal concepção, explica o processo da crise que culminou no *impeachment*, a partir de um conflito de ideias e projetos. Na prática estaria de um lado os desenvolvimentistas, arraigados sob a liderança de Dilma Rousseff e do outro lado os liberais, sob liderança de Aécio Neves. Na arena os defensores do *Laissez-faire* versus os defensores da intervenção do Estado na economia. Essa definição também não nos serve. Não por negar a realidade, ao contrário, a base desta concepção até se aproxima do real, mas reduz o conflito inerente as lutas de classes a meros devaneios doutrinários. Afinal, nessa perspectiva a política seria apenas retórica e instrumento de convencimento.

É importante destacar que a construção dessa retórica de disputa entre desenvolvimentistas e neoliberais também constitui uma falsa dicotomia. Afinal, se os desenvolvimentistas, representados pelos 16 anos do PT a frente do Estado, escolheriam Levy e Meirelles, duas personalidades assumidamente neoliberais, vinculados aos bancos e a plutocracia, como comandantes da economia do país? Como explicar a política de ajuste fiscal adotada por Dilma em 2015? A questão não é doutrinária, como tentam reduzir os liberais.

Os conflitos de classe que nos servirão de guia para nossa análise encontram-se articuladas a partir da composição dos blocos no poder alocados no Estado brasileiro. Nosso enfoque, com a utilização do conceito de bloco no poder, está, de imediato, no esforço de detectar as frações da classe dominante que

atuaram como força hegemônica nos governos Dilma. O fato é que os interesses econômicos da burguesia, mesmo em que pese aqueles setoriais, redesenham o processo político, sobretudo ao visar o atendimento aos interesses exclusivos dessa fração da classe.

Nosso exame anterior, ao remontar a política econômica adotada durante o final do primeiro mandato e o início do segundo da Presidenta, se deu para esclarecer quais interesses das frações de classe foram priorizados pela política econômica do governo, e, identificamos, naquele momento, uma disputa entre o capital financeiro/rentista – por intermédio dos bancos e da taxa de juros – e o setor vinculado à construção civil.

O que nos chamou atenção, a partir da contribuição de Boitto Jr., foi a ideia de que a organização do Estado e do sistema partidário encontram explicação nos interesses burgueses em conflito.

As categorias discutidas no capítulo anterior: conflitos, hegemonia e blocos no poder, nos servirão de guia para discutirmos a partir da estrutura e da composição das classes sociais o processo de *impeachment*. Boitto Jr. (2016, p. 25)

Quando falamos em conflitos de classe não estamos pensando num conflito puro e simples entre a burguesia e a classe operária. Tampouco pensamos numa disputa mais avançada entre socialismo e capitalismo. Para uma situação desse tipo convém guardarmos o conceito de luta de classes. Ora o que temos no Brasil de hoje não é isso. O que temos aqui é um conflito distributivo pela apropriação da riqueza, e ela envolve diversas classes e frações.

A composição intra-classe no bloco no poder do setor dominante se articula através da fração da burguesia brasileira integrada ao grande capital internacional. Boitto Jr. (2016), dirá que a força social hegemônica na frente neodesenvolvimentista foi a grande burguesia interna brasileira, composta pelas grandes empresas nacionais que atuam no ramo da construção, mas, também, no setor naval, no agronegócio, na mineração, nos diferentes segmentos industriais e, também, no setor financeiro. Cabe um recorte histórico pra situar a questão, ainda nos de 1990, essa burguesia interna, obteve desvantagens com a prática do receituário neoliberal, sobretudo pelo definhamento da intervenção do Estado, com ênfase a minúscula atuação do BNDES como ativo de desenvolvimento no setor produtivo. Esse movimento permitiu que essa fração da burguesia se aproximasse do PT e da CUT, destaca Boitto Jr. (2016, p.3-4):

No final dos anos 1990, essa fração burguesa se aproximou do PT e da CUT. A diretoria da Fiesp chegou a prestar apoio oficial, público e ativo à greve geral contra a recessão convocada pela CUT e pela Força Sindical em junho de 1996. Com a ascensão dos governos do PT, essa fração da burguesia foi contemplada com a intervenção do Estado na economia para estimular, dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal, o crescimento econômico. A política de investimentos públicos em obras de infraestrutura – usinas hidrelétricas, desvio do leito do São Francisco, estradas de ferro, obras da Copa do Mundo e da Olimpíada –, a política de conteúdo local que prioriza a compra de produtos e serviços nacionais, o ativismo do BNDES como financiador das grandes empresas nacionais e as medidas anticíclicas de política econômica diante da crise internacional formaram um contraste gritante com a abertura comercial sem peias, com o Estado raquítico, o BNDES privatizante e as medidas monetaristas ortodoxas diante das crises internacionais que caracterizaram o período FHC.

O outro setor articulado no bloco no poder que irá confrontar-se com a fração mais beneficiada com a política econômica adotada pelos governos Dilma é a fração da burguesia brasileira integrada ao grande capital internacional. Esta fração integrada ao grande capital internacional é composta pelos fundos financeiros internacionais, pelas empresas industriais europeias. Referente a essa fração, Boitto Jr. (2016, p.3) disserta:

A fração da burguesia brasileira integrada como sócia menor ou dependente do capital internacional engloba as casas de importação de veículos, de confecções, de alimentos, bebidas e tantos outros produtos; os fornecedores de componentes para as empresas estrangeiras aqui instaladas – como a indústria de autopeças –; os capitalistas nacionais que são sócios minoritários em empreendimentos com o capital forâneo.

Com fins didáticos, trataremos essas duas frações da burguesia a partir de suas especificidades: a primeira, com suporte e financiamento estatal e com maior atuação na construção civil e no agronegócio, ou seja, a mais próxima ao programa neodesenvolvimentista. A segunda de caráter mais neoliberal, preocupada com a política cambial, taxa de juros, mais associada ao rentismo. Trataremos essas frações com base nessas especificidades, inicialmente por que consideramos que ambas são associadas e dependentes das burguesias dos países situados centro do capitalismo. O processo de separação entre esses setores no interior das classes se

dá, sobretudo, na luta pela hegemonia para determinar a política econômica do Estado.

Esse processo acentua-se a partir de uma série de conflitos que, em última instância, tem determinações econômicas, mas, também atuam no patamar da superestrutura, com elementos de base ideológica, cultural e política. Explicar o conflito desses dois setores, em nosso entendimento, é a chave para entendermos o que foi o *impeachment*. Nesse sentido, trataremos do caldo que engrossou a crise política. É fundamental, antes de adentrarmos a esse ponto específico – a crise – expressar que em nossa percepção o movimento de luta e conflito entre esses setores da burguesia não se separa, em momento algum, dos fenômenos que consideramos centrais para a eclosão da crise política que culmina no *impeachment* e na ascensão do Bolsonarismo. Ainda referente à conjuntura de 2016, elencamos três fenômenos importantes: As manifestações de Junho de 2013; a operação lava-jato com a judicialização e a espetacularização da política e a ofensiva da ortodoxia neoliberal no governo Dilma.

O movimento de junho de 2013 pode ser caracterizado a partir de dois momentos. O início sob a direção do MPL – Movimento Passe Livre – na luta contra o aumento do transporte coletivo em São Paulo e um segundo momento em que as manifestações passaram a incorporar diferentes segmentos da sociedade, ampliando-se a partir uma série de pautas em que a centralidade residia na heterogeneidade do movimento.

O primeiro momento das jornadas de junho obtinha um caráter de movimento popular, por ser dirigido por uma entidade específica e por ter uma pauta historicamente classista. A incorporação da classe média no movimento e a ampla repercussão das mídias hegemônicas guiaram o segundo momento das jornadas de junho. A centralidade do movimento, já nesse momento, incorporou diversas pautas. No entanto, a que fora mais repercutida foi o combate a corrupção. O movimento foi tomando corpo e culminou com uma crescente exponencial tanto no número de manifestantes como na quantidade de cidades.

O pesquisador Lincoln Secco – em seu artigo intitulado: “As Jornadas de junho, presente na coletânea Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, publicado pela editora Boitempo ainda em 2013 – aponta dados que ilustram o caráter e a ascensão do movimento. O início das manifestações se dá entre o dia 06 e 13 de junho. O ápice do movimento, em São

Paulo, é no dia 17 de junho. Segundo dados da Polícia Militar de São Paulo cerca de 250 mil pessoas participaram das manifestações. Entre o dia 06 e 13 do mesmo mês a contagem de participantes não atingiu 10 mil pessoas. É importante relatar que dentro desse recorte houve 4 manifestações. No dia 06, 07, 11 e 13 de junho. Até esse momento a direção do movimento pertencia ao MPL. O boom das manifestações se deu a partir da divulgação da repressão da polícia, construindo uma espécie de solidariedade ao MPL. A mídia hegemônica passa a noticiar as manifestações, nesse intervalo, ocorrem ataques a jornalistas e no dia 17 de junho 250 mil pessoas vão a Avenida Paulista protestarem.

Deu-se o *boom* das manifestações, inicia-se o segundo momento das manifestações. Baseado em uma reportagem publicada na Folha de São Paulo, Secco (2013, p.71-72) dirá que 84% dos manifestantes paulistas no dia 17 de junho não tinham preferência partidária. O que já caracteriza parte significativa do público. Outro dado relevante, apontado pelo autor é a de que 71% participavam pela primeira vez de um protesto. Também é importante apontar que as manifestações tinham um caráter juvenil, o dado que afirma isso é o de que 53% dos participantes tinham menos de 25 anos. Outra variável importante para pensar o processo é o que indica que dentre os manifestantes, pessoas com o ensino superior eram 77%. Na prática, nas manifestações de 20 e 22 de junho em São Paulo a pauta se duplicou.

No caldeirão das manifestações de junho, como dito anteriormente, uma série de pautas passa a compor o movimento. O movimento que antes era apartidário toma outro caráter. Passa a negar a própria política. Adquire uma estética própria e pouco a pouco vai perdendo a força. Coincide a mudança ideológica do movimento com o esvaziamento das manifestações? Entendemos que não. O fato político e o desgaste chegaram a Brasília.

O saldo dessas manifestações, do ponto de vista das conquistas se deu pela redução das tarifas de transporte nas principais cidades do país e o congresso nacional, assustado, aprova o projeto de lei que visa destacar 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para a saúde.

A popularidade de Dilma no dia 25 de julho de 2013, cerca de um mês após o ápice das manifestações caiu 24%, atingindo a marca de 31% apontava a pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria. A burguesia começava a dar sinais de desalinhamento com o governo. A política econômica já não o agradava tanto. Somado ao descontentamento de frações hegemônicas e

atuantes nos blocos no poder, a economia já não crescia como antes, o consumo das famílias começava a colapsar e as denúncias de corrupção assombravam o Partido da Presidenta.

A operação Lava-Jato teve início em março de 2014. O objetivo da investigação era tratar dos desvios de recursos da Petrobrás entre 2004 e 2012. Com o decorrer da investigação, ainda nesse recorte de 2014, os desvios de recursos estavam vinculados a políticos do PT, PP e PMDB. A operação originou-se como desdobramento de investigações sobre remessa ilegal de recursos por intermédio do Banestado, ainda nos anos de 1990.

A opinião pública desde o início foi favorável ao desenvolvimento das investigações, o juiz Sergio Moro despontava como o principal ícone no combate a corrupção no país. A Polícia Federal, em 2008, passou a investigar o doleiro Alberto Youssef e encontrou vínculos com parlamentares do PP. O esquema de corrupção delatado por Youssef, se dava:

FIGURA 3 – Balanço da Lava Jato



Fonte: Portal 360 (2021)³

A popularidade da Presidenta foi caindo pouco a pouco, a partir dos escândalos de corrupção envolvendo membros do seu partido e a ampla cobertura da mídia. Boitto Jr. trata a operação lava-jato como uma espécie de partido da

³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/lava-jato/menor-operacao-contra-a-corrupcao-lava-jato-sai-de-cena-quase-esquecida/>. Acesso em 17 set. 2021.

classe média brasileira. Enfatiza, ainda, que a operação lava-jato e o processo de espetacularização da política aliou-se a posição da classe média, ao imperialismo e à fração da burguesia associada para obtenção do impedimento. A tese do autor é de que houve associações internacionais das burguesias do centro do capitalismo e a operação cumpriu, para além de suas funções de investigações, uma tarefa política: a desagregação da frente neodesenvolvimentista a partir do desmonte das empresas brasileiras e a retomada da ortodoxia neoliberal.

Para além de análises e teses sobre a operação lava-jato, que não é o nosso objeto neste trabalho, a síntese política da operação se deu pela: captação dos anseios morais e políticos da classe média desgastou a imagem da Presidenta e de seu partido e desmontou uma fração da burguesia – a partir das denúncias envolvendo empresas brasileiras.

Por fim, elencados esses dois fatos que marcaram a vida política brasileira nos últimos anos, defendemos a ideia que as contradições internas desse processo passam a ser percebidas por nós a partir do conflito entre a burguesia financeira, vinculada aos bancos e ao rentismo e o capital produtivo, no debate referente a taxa de juros.

O processo de *impeachment* guarda, como dado particular, sua relação de reorientação tanto da burguesia interna quanto da própria frente neodesenvolvimentista, dado que a relação desse setor da burguesia com os governos do PT guardam, em seu núcleo, um momento histórico singular. O *impeachment*, portanto, quando analisado sob a perspectiva do Estado capitalista e das classes sociais se deu para pôr em prática a recomposição neoliberal ortodoxa.

3.3 O Bolsonarismo no contexto da crise brasileira

Conforme discutido nos tópicos anteriores, a crise econômica e política, a partir do processo de desagregação da frente neodesenvolvimentista, somados aos escândalos de corrupção envolvendo integrantes do Partido dos Trabalhadores, a midiaticização e a espetacularização da política, o apoio majoritário da população a operação lava-jato e as jornadas de junho criaram as condições para o desgaste político do PT e para a ascensão de um novo fenômeno: o bolsonarismo.

Propor a discussão referente ao Bolsonaro e ao Bolsonarismo, nos exige, de imediato, uma separação entre o ator social – Jair Messias Bolsonaro – e o projeto

político, eleitoral e social que, intermediado por uma rede de seguidores identificados com suas pautas. Para este aspecto denominamos de Bolsonarismo.

Nossa proposta nesse tópico está ancorada a partir da origem e expansão do movimento. Temos como recorte temporal o período de 2016 até 2018, ou seja, entre o processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff até a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao poder, com a vitória eleitoral no pleito de 2018.

A trajetória política de Jair Bolsonaro é marcada pela política do confronto. Ainda quando Deputado, no ano de 2003, protagonizou um forte embate com a deputada Maria do Rosário, acerca do debate sobre a redução da maioria penal. Em 2018, antes do pleito, ancorou-se no “combate” ao “kit gay” e rivalizou com o deputado do PSOL Jean Wyllys. O argumento de Bolsonaro era a defesa da família tradicional brasileira que, segundo ele, estava sendo atacada pelos governos do PT.

A estratégia do confronto permitiu a Bolsonaro voos mais altos, vide o crescimento de 285% de sua votação na eleição de 2010 para 2014. Portanto, a estratégia estava delimitada para a disputa presidencial: o confronto. No pleito de 2018, Bolsonaro adequou seu discurso para o combate ao PT, Lula, comunismo, corrupção, kit gay e as minorias.

Bolsonaro emerge, na cena nacional, inicialmente, a partir de uma série de participações em programas que tem como base as polêmicas. Programas de entretenimento e humor. Discutindo questões como o homossexualismo, aborto. Pautas voltadas para a questão dos costumes. Esses programas tinham alcance e capilaridade nos rincões do país, o que fez, pouco a pouco, Bolsonaro tornar-se alguém conhecido. As posições assumidas e defendidas pelo então deputado se colocavam no campo dos costumes. Defendia abertamente pautas morais: argumentando em prol de um tipo específico de família, dos cristãos evangélicos e contra as “imoralidades”. A política do confronto, até então praticada por Bolsonaro, constituem o que consideramos da guerra híbrida.

Elegemos como fio condutor do trabalho a perspectiva epistemológica vinculada ao materialismo histórico dialético, sobretudo a partir das contribuições de Armando Boitto Jr e Antonio Gramsci. Até o momento em que estamos formulando a pesquisa, não é de nosso conhecimento a categorização de guerra híbrida através desses autores. Por isso faremos uma rápida conceituação a partir da contribuição de Mello (2021).

Mello (2021) explica que a guerra híbrida como um conceito que passou a ser utilizado no início dos anos 2000 por militares do pentágono dos E.U.A, quando Bush declara guerra ao terror. Os militares passaram a estabelecer novas estratégias de guerra.

A jornalista Michele de Mello defende que a estratégia de guerra híbrida propõe a união de várias táticas de guerra para manter o conflito permanente com base em operações psicológicas. Citando o antropólogo Piero Leiner, que dedica-se ao estudo sobre a atuação dos militares brasileiros desde os anos de 1990, o Brasil tornou-se alvo de uma guerra híbrida. A explicação dos intelectuais se dá a partir da aproximação entre os militares brasileiros e os americanos a partir de 2004, sobretudo quando se deu o lançamento da Minustah – a missão de estabilização no Haiti-.

É nesse contexto que figuras importantes e próximas a Bolsonaro que comandaram as tropas brasileiras no Haiti se familiarizam com as estratégias de guerra híbrida. Durante o processo eleitoral de 2018, as táticas de guerra híbrida foram tomando maior força. Uma estratégia central, defendem os estudiosos do tema, se dá na criação de um inimigo interno – Bolsonaro elegeu o PT e comunismo-, as revoluções coloridas, outra tática, também, tomaram as redes, expondo a noção protestos de massa com origem espontânea e pauta geral. Aproximando-se daquilo que foi as jornadas de junho.

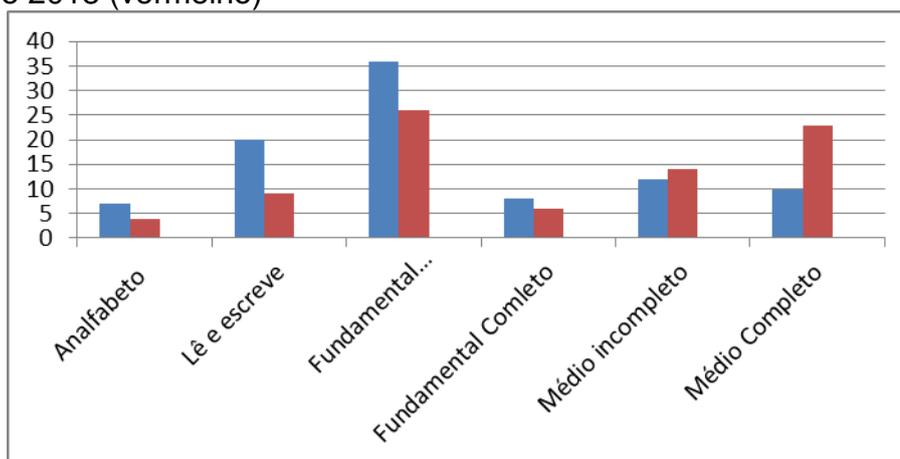
A propagação de teorias *fake news* e teorias da conspiração também constituem as estratégias de guerra híbrida. A associação da campanha de Jair Bolsonaro a produção e reprodução de *fake news* no processo eleitoral tornaram-se até alvo de CPI na câmara dos deputados. Acerca desse debate, como uma das estratégias de guerra híbrida, discute-se a existência de um grupo, responsáveis por criar e espalhar notícias falsas, popularmente conhecido como o “gabinete do ódio”.

Durante o pleito noticiou-se a defesa de Bolsonaro no que concerne o combate ao marxismo cultural presente nas universidades, o kit gay, a mamadeira de piroca, práticas que segundo o então candidato o PT representava e, se estivessem no poder, colocariam em prática a ideologia de gênero. Essas pautas foram encampadas por diferentes parcelas da sociedade, a partir desse discurso, mediado pela guerra híbrida, Bolsonaro formula uma corrente de opinião, em que milhões de pessoas, identificadas com suas posições, passam a ingressar, é o que denominamos de Bolsonarismo.

Pensar o Bolsonarismo nesse contexto é buscar entender a composição social desse fenômeno a partir da inserção de Bolsonaro e de suas pautas nos estratos da sociedade. Trataremos, nesse momento, a partir de dados extraídos da obra: “O Brasil virou à direita”, de Jairo Nicolau, explicar o que é o Bolsonarismo e qual a sua composição orgânica. Usaremos quatro variáveis para tal: o movimento neopentecostal, o apoio dos militares, o empresariado e a relação entre as mídias digitais e o uso político delas.

Acerca da composição social do Bolsonarismo, utilizaremos os indicadores do dos eleitores de Jair no pleito de 2018. O primeiro dado que trabalharemos para entendermos a composição social do Bolsonarismo é o indicador de escolaridade do eleitorado brasileiro. Jairo Nicolau separa esse indicador a partir de duas características marcantes no povo brasileiro, a primeira diz respeito ao grande número de pessoas com baixa escolaridade, entre eles os analfabetos e aqueles que aprenderam a ler e escrever, sem obrigatoriamente, terem frequentado um banco de escola. O autor nos indica que entre esse segmento há um recorte etário, com maior ênfase para as pessoas com mais de sessenta anos. A segunda característica diz respeito ao nível de escolaridade mais alto, aqueles que concluíram o ensino fundamental ou estão cursando o ensino médio.

GRÁFICO 1 – Eleitores por escolaridade nas eleições presidenciais de 2002 (azul) e 2018 (vermelho)

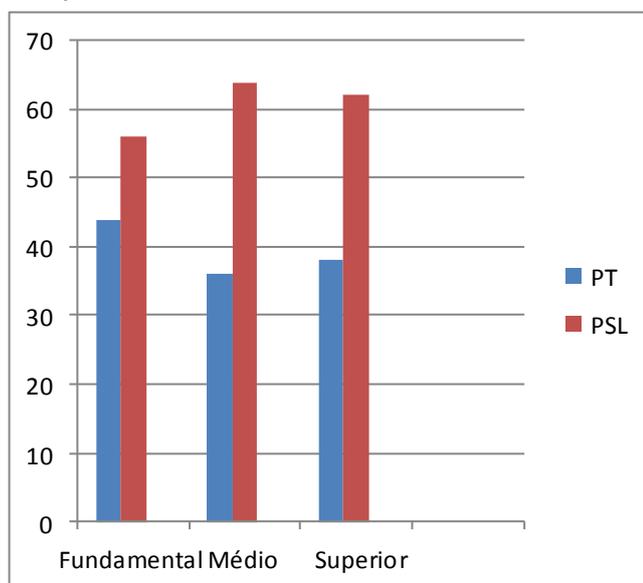


Fonte: Nicolau (2020)

O fato é que os dados apontados por Nicolau na relação entre escolaridade e voto para presidente, no segundo turno de 2018, Bolsonaro venceu em todos os estratos educacionais. Percebemos no gráfico seguinte que o Bolsonarismo foi adquirindo capilaridade em todos os segmentos, quando a variável de escolaridade

esteve em questão. Pensar esse fenômeno a partir desta variável, significa a vitória do candidato do PSL em todos os segmentos escolares, ou seja, no nível fundamental, médio e superior.

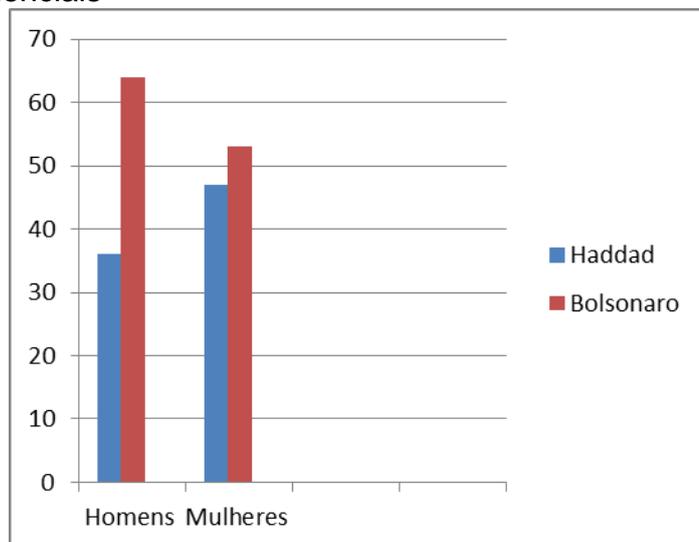
GRÁFICO 2 – Eleitores por escolaridade nas eleições presidenciais, em relação ao partido



Fonte: Nicolau (2020)

Nos indicadores de gênero, tema polêmico na campanha, Bolsonaro também venceu. Bolsonaro atingiu a marca, no segundo turno, de 53% dos votos das mulheres para 47% de Haddad. Entre os homens, à distância entre os candidatos só aumentou, Bolsonaro obteve 64% e Haddad 36%. Vale ressaltar que o autor computou apenas os votos válidos.

GRÁFICO 3 – Eleitores por gênero de Haddad e Bolsonaro nas eleições presidenciais



Fonte: Nicolau (2020)

Os discursos de Bolsonaro apontados como machistas, sexistas e misógenos por toda militância de esquerda não foi incorporado pelo conjunto da sociedade, atestamos isso a partir dos dados citados anteriormente. Uma questão no campo da reflexão que emerge ao interpretarmos esses dados, é: Quem são essas mulheres? Qual formação ideológica, política e cultural acessaram?

Problematizar o fenômeno do Bolsonarismo, para nós, é adentrarmos, a partir do universo quantitativo, para entendermos qual a sua composição. Com os dados citados acima, percebemos que o Bolsonarismo, como matriz ideológica, no pleito de 2018, foi hegemônica entre os homens e também entre as mulheres; maioria em todos os eleitores dos mais diversos níveis educacionais e agora discutiremos a partir do espectro religioso. Em função, segundo analistas políticos, do fenômeno do anti-petismo, movimento que negava, politicamente, com expressões eleitorais, o Partido dos Trabalhadores.

Segundo a pesquisa Eseb-18, a composição e a divisão a partir da auto declaração religiosa no Brasil, se dava, a maioria, como católicos. Cerca de 51%. Os evangélicos constituíram 32% e os 17% restantes foram colocados na categoria outros.

Utilizaremos os dados da pesquisa Data Folha, divulgada em 25 de outubro de 2018. Os dados confrontam os votos entre o candidato do PSL e do PT a partir da auto declaração religiosa do eleitorado. Percebemos que quem define a eleição foram os votos do evangélicos, embora o maior número de votos brutos de

Bolsonaro origine-se dos católicos. No entanto, a diferença entre os candidatos é significativa no público evangélico.

TABELA 2 – Distribuição do eleitorado por tipo de religião

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	-442.912
Espiritas	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	-871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	-315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Instituto Datafolha (2018)

A crescente exponencial obtida pelo movimento neopentecostal, no Brasil, contemporaneamente estima-se que 64 milhões de pessoas sejam evangélicas, Bolsonaro, mesmo com sua formação católica, inclina-se para esse público. Converte-se e suas pautas passam a dialogar com esse público. Não é nossa pretensão discutir o que é o movimento neopentecostal, aqui nos cabe apenas citar elementos que tratam do enlace entre os dois fenômenos, destacamos a relação da teologia da prosperidade, o conservadorismo nos costumes e o fantasma do comunismo.

Historicamente o movimento neopentecostal passa a ocupar os espaços nos ambientes carentes que pertenciam as pastorais da igreja católica, ao movimento sindical e popular. Vinculadas a teologia da libertação, nos anos de 1960 e 1970, como destaca Lowy (2016), os espaços de associação de bairros eram atuantes na cena política nacional. A era do neoliberalismo nos anos 1990 desmontou parte significativa dos sonhos e ideários coletivos. Nessa cena emerge o movimento neopentecostal atuando na contradição da relação indivíduo x sociedade, partindo das condições objetivas de vida da população, reorientando a posição do indivíduo, tratando todas as saídas que, outrora se compreendia por intermédio da coletividade – nas SAB's, coletivos, sindicatos- para o indivíduo – por meio do sistema de crença e valores-, esse movimento obtém grande êxito.

O apoio dos militares a Bolsonaro toma força a partir do posicionamento do general Augusto Heleno, amigo do então candidato. É importante de destacar que na chapa de Jair o vice presidente é também um general, Hamilton Mourão. Os militares no apoio ao governo bolsonaro constituem uma espécie de duas alas: uma de caráter ideológico, inicialmente dirigido pelo astrólogo Olavo de Carvalho e a outra ala militar. Ocupando cargos no governo, desde o ministério da saúde, a chefia da casa civil, ao ministério de Minas e Energia. Esse grupo constitui o núcleo duro do bolsonarismo.

Para encerrar a composição orgânica do Bolsonarismo, destacamos o apoio do empresariado. A elite brasileira apostou em Bolsonaro e no Bolsonarismo. O núcleo econômico do Bolsonarismo é dirigido pelo ministro da economia Paulo Guedes, que é o “homem de confiança” da plutocracia e de Paulo Skaf, presidente da FIESP. Mesmo com o cenário de desindustrialização do país a FIESP, como representante do setor produtivo nacional apoiou o candidato do PSL. Formulou-se, no período da campanha o Instituto Brasil 200, um grupo com aproximadamente 300 empresários apoiadores de Jair Bolsonaro, destaca-se, nesse grupo, Luciano Hang, vulgo “velho da havan”.

GRÁFICO 4 – Desempenho de Bolsonaro na estratificação dos eleitores por renda



Fonte: Pesquisa Datatempo (2021)

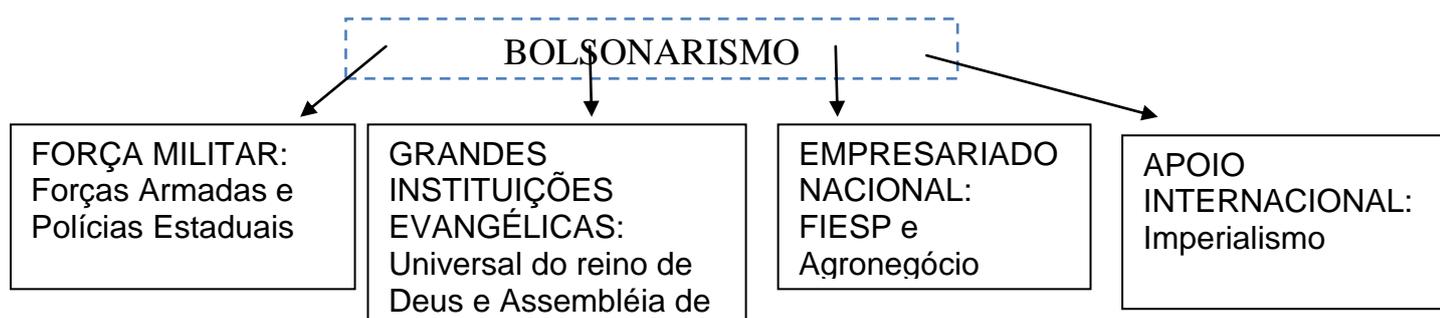
A composição do perfil do eleitorado de Bolsonaro a partir do gráfico apontado pela pesquisa do Datatempo/CP2 2021, apresenta que a maior parcela do eleitorado de Bolsonaro tem renda superior a 10 salários mínimos, o que isso

representa? Para além da retórica, do instrumento discursivo, do projeto e das estratégias de guerra híbrida, a preferência do público desenhado como o eleitorado de Bolsonaro, significativamente, pertence a um grupo de classe média.

Esses indicadores, do ponto de vista do quantitativo eleitoral, são capazes de eleger um presidente? Sabemos que não, no entanto, é significativo, a adesão da elite, e da composição nos blocos de poder dessas frações a candidatura de Jair Messias Bolsonaro.

Em síntese, compreendemos a composição do Bolsonarismo nos blocos no poder, a partir de um organograma, expressão de nossas reflexões sobre o objeto de estudo. Em nossa concepção o Bolsonarismo compõe-se a partir de 4 grandes pilares:

FIGURA 4 – Bolsonarismo



Fonte: Elaboração própria

Uma questão bastante presente no cenário atual é a caracterização do Bolsonarismo como neofascismo. Nesse sentido tomamos como fio condutor dessa elucubração a contribuição de Armando Boitto Jr, em sua obra (2020): “Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo”. A questão que nos surge é: Onde está o fascismo no Brasil? Entendemos o bolsonarismo como tendência neofascista, a partir de uma conjuntura específica que possibilita o surgimento, com base nas relações materiais e condições políticas para tal.

O processo de luta e conflito entre as frações organizadas nos blocos no poder do Estado burguês desencadearam uma crise econômica, política e institucional. Há, efetivamente, uma tendência neofascista no bolsonarismo, o que não significa, efetivamente, que estejamos vivenciando um Estado fascista.

O processo de desagregação da frente neodesenvolvimentista nos governos do PT como consequência do conflito entre as frações atuantes nos blocos no poder, apontaram, economicamente, para o fenômeno da desaceleração da economia, para a queda da popularidade dos governos. Atuando, também, como síntese das crises cíclicas do capital. Acerca da tipificação e caracterização do fascismo como movimento histórico e a particularidade do bolsonarismo no Brasil, usaremos a tabela formulada por Boitto (2020):

TABELA 3 – Gênero e espécie: fascismo original, neofascismo

O gênero movimento fascista	Espécie: movimento fascista original (Itália, Alemanha)	Espécie: movimento neofascista (Brasil de Bolsonaro)
Mobilização reacionária das camadas intermediárias da sociedade capitalista. Eliminar a esquerda do processo político.	Principalmente a pequena burguesia – com elementos de classe média. Eliminar o movimento operário organizado em partidos de massa socialista e comunista	Principalmente classe média – com participação de pequenos proprietários. Eliminar o reformismo burguês com base popular desorganizada – os trabalhadores da massa marginal
Ideologia conservadora, mas superficialmente crítica, vinculada à inserção social, aos interesses e aos valores das camadas intermediárias. Mobilização de base	Anticomunismo, culto da violência, crítica ao grande capital e à democracia burguesa; politização do machismo, do racismo (sistemático) e da homofobia (difusa). Partido de massa organizado com milícias.	Anticomunismo, culto da violência, crítica à corrupção e à velha política (democrática); politização do machismo, do racismo (difuso) e da homofobia (sistemática). Organização frouxa pelas redes sociais.
Processo geral de ascensão do fascismo ao governo	Espécie: fascismo original	Espécie: neofascismo
Surgimento numa situação de crise política com polarização do conflito de classes e conflitos entre instituições do Estado.	Sim, com polarização forte.	Sim, com polarização moderada
Crise dos partidos burgueses tradicionais.	Esgotamento da fórmula de governo burguês de conciliação na Itália, tsunami eleitoral do partido nazista na Alemanha.	Declínio eleitoral do PSDB e do PMDB. Crescimento eleitoral abrupto da direita e da extrema direita nas eleições de 2018.
Derrotas políticas do campo operário e popular e relação de forças favorável ao campo burguês.	Derrota do Biênio Vermelho (Itália); derrotas da Revolução Alemã de 1918 e da Insurreição de 1923.	<i>Impeachment</i> de Dilma, reforma trabalhista de Temer, condenação e prisão de Lula, impugnação da candidatura Lula e eleição

Solução burguesa: a cooptação do movimento fascista por uma fração reacionária da burguesia permite a ascensão do movimento ao governo e o estabelecimento de uma nova hegemonia burguesa	O partido fascista (PNF, NSDAP) assume o governo e estabelece a hegemonia política da fração burguesa “grande capital monopolista imperialista” – deslocamento para posição subordinada no bloco no poder do médio capital.	de Bolsonaro. O grupo neofascista assume a presidência da República e restabelece a hegemonia política das frações burguesas “grande capital internacional” e “burguesia dependente associada” – deslocamento para posição subordinada no bloco no poder da grande burguesia interna
Dinâmica da crise: movimento vindo de baixo cooptado pelo alto. A existência de uma classe-apoio que impede que o governo fascista seja reduzido a um instrumento passivo nas mãos da burguesia.	Sim, com movimento forte e organizado vindo de baixo Pequena burguesia como classe-apoio do governo do grande capital cria turbulências na base do governo	Sim, com movimento fraco e pouco organizado vindo de baixo Classe média como classe-apoio do governo do capital internacional e da burguesia associada cria turbulências na base do governo.

Fonte: Boitto Jr. (2020)

A pretensão do autor se dá em iniciar a discussão na tentativa de retomar o debate referente ao movimento de apoio a Bolsonaro, como ao seu governo, a partir do conceito de neofascismo. O autor faz uma separação entre um movimento e um governo neofascista, não uma ditadura fascista. A questão ainda é atual, o fenômeno está em andamento, alguns analistas políticos argumentam que não cabe caracterizar o Bolsonarismo como fascismo em geral ou como uma das variantes desse fenômeno, por uma razão evidente, afinal, no Brasil ainda existem eleições e, também, outros elementos que caracterizam a democracia.

Em nosso entendimento no Brasil, atualmente, há uma democracia burguesa deteriorada, o que não impede, segundo Boitto, a formação de um movimento social fascista. No entanto, deixaremos essa questão para ser respondida no final do trabalho, uma vez que dialoga com a nossa problemática de pesquisa.

Em síntese, com base nas reflexões de Boitto Jr. (2020), entendemos o bolsonarismo, como parte significativa composta pela classe média, politicamente assumindo o anticomunismo, crítica moral à corrupção, com o atributo de pautar, por meio da institucionalização política, as questões indenitárias. Obteve origem a partir do declínio das experiências petistas e dos partidos tradicionais, a exemplo do PSDB e do PMDB. Referente a atuação nos blocos no poder, restabeleceu a

hegemonia política das frações burguesas “grande capital internacional” e “burguesia dependente associada”.

4 METODOLOGIA

Elegemos cinco organizações de juventude atuantes na cidade de Campina Grande, região do agreste Paraibano, como objeto de nossa análise. No que concerne à metodologia de nosso trabalho, como citado na introdução, trabalharemos com dois recortes. Um espacial: O município de Campina Grande. E outro temporal: 2016 a 2018.

Buscamos investigar o fenômeno do Bolsonarismo e a crise que culmina no impedimento da Presidenta Dilma Rousseff a partir da realização de entrevistas com atores sociais locais. Todos vinculados organicamente às juventudes de partidos políticos.

Nossa pesquisa é de natureza qualitativa, na medida em que busca, qualitativamente abordar o fenômeno delimitado enquanto objeto de estudo. Optamos . Baseado em Goldenberg (2004, p. 19), entendemos que as ciências sociais devem se preocupar com a compreensão de casos particulares e não com a formulação de leis generalizantes.

Trabalhamos com as entrevistas semi-estruturadas, nosso critério de escolha foi os membros das organizações de juventudes atuantes em Campina Grande. Nos deparamos com um fenômeno no desenvolvimento da pesquisa que já adiantado por Goldenderg (2004, p. 85): Trabalhando com estes instrumentos de pesquisa é bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros.

Optamos por trabalhar com entrevistas ao invés dos questionários, uma vez que, nas entrevistas os participantes tiveram maior flexibilidade para garantir as respostas adequadas, além da relação de confiança que entre o pesquisador-pesquisado que propiciou o surgimento de alguns dados.

Estamos ancorados em Goldenberg (2004), quando diz que a pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre conhecimento e a ignorância.

Nosso esforço durante a delimitação do objeto de estudo se deu a partir da minha experiência em organizações de juventude, sempre compreendendo o papel protagonista assumido pelas juventudes no Brasil. Assim, historicamente, a juventude no Brasil, por meio do movimento estudantil, das organizações de jovens

trabalhadores, pelas interfaces da política e a cultura, foram assumindo protagonismo na cena política.

Se remontarmos historicamente, não houve um movimento de caráter nacional e popular em que a juventude não estivesse assumindo o papel de protagonista: assim foi na campanha do petróleo é nosso, no combate a ditadura militar, nas campanhas pelas diretas já, na redemocratização, na formulação da constituição cidadã em 1988, no fora Collor, na eleição do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva e nas jornadas de Junho.

São vários os exemplos do protagonismo da juventude no que concerne a cena política nacional. Nesse sentido, escolhemos as juventudes do: Partido Comunista do Brasil (UJS), Partido Democrático Trabalhista (JSPDT), Partido Comunista Brasileiro (UJC), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (JPT).

Compomos, a partir dessas organizações, as principais tendências articuladas no movimento estudantil, que tenham, efetivamente, vínculo orgânico com partidos. Além desse critério, utilizamos, também, a priorização das juventudes que são organizadas em Campina Grande. O caso do PSOL, em nosso trabalho, merece certa atenção. O entrevistado é filiado ao partido e, ingressou no mesmo por meio da executiva estadual, instância organizativa e deliberativa dentro do partido. Mesmo estando na faixa etária de juventude, não atuou organicamente pela juventude do partido, simplesmente por morar em Campina Grande e, segundo ele, não ter nenhuma tendência de juventude ativa no partido. Isso não significa dizer que não haja jovens filiados ao PSOL na cidade, há inúmeros. No entanto, não há tendência de juventude organizada na cidade. Os militantes atuam como membros do PSOL e pertencentes a correntes internas.

Trabalharemos, como citado acima, com a União da Juventude Socialista, vinculada ao PCdoB, entidade de juventude fundada em 1984. Atua com maior ênfase no movimento estudantil, dirigindo nacionalmente a UNE. A respeito da UJC, órgão de juventude do PCB, fundado em 1928, como ala juvenil do Partido Comunista Brasileiro.

Uma das principais organizações de juventude no Brasil é a JPT, a juventude do Partido dos Trabalhadores, fundada ainda nos anos 1980 atua principalmente no movimento estudantil e no movimento popular.

No campo democrático trabalhista, entrevistamos o pessoal vinculado a JSPDT, a Juventude Socialista do PDT, fundada em 1981, sob a ideologia do socialismo democrático, buscando o caráter anti-imperialista e remontando a importância histórica do trabalhismo.

Como explicitado anteriormente, com relação ao PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, estamos considerando a atuação de um jovem ativo no núcleo do partido. Identificado programaticamente com o mesmo.

É fundamental destacar que estamos trabalhando com organizações situadas a esquerda no espectro político nacional. Imaginávamos trabalhar, também, com o contraditório, ou seja, com tendências mais próximas a direita, a exemplo da juventude do PSDB. No entanto, estabelecemos contato e não obtivemos êxito.

Defendemos que mesmo em que pese estas organizações estarem vinculadas ao campo da esquerda, não significa que tenham uma posição hegemônica acerca do nosso objeto de estudo. Há, nesse panorama trilhado por nós, diferentes formas de se compreender o processo político local e nacional.

Tendências vinculadas ao Socialismo democrático, outras próximas da Social Democracia, algumas nacionalistas, outras anti-imperialistas. Enfim, compreendemos que essa multiplicidade de organizações expressa bem o caráter das organizações político-partidárias e, em última instância, contribuem para o fortalecimento da democracia.

5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE EM CAMPINA GRANDE-PB E A POLÍTICA DOS GOVERNOS DO PT: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das organizações que entrevistamos pretendemos expor os resultados obtidos por intermédio da análise das entrevistas semi-estruturadas que realizamos no desenvolvimento desta pesquisa. Realizamos, ao todo, 05 entrevistas. Em nosso primeiro movimento, indagamos de que forma as entidades de juventude compreendiam o *impeachment* em 2016.

O entrevistado 01 (setembro, 2021), vinculado ao movimento Socialismo e a Liberdade nos disse que:

“[...] compreensão que se tem é que aquele processo de 2016 foi um golpe de Estado. Muitos dizem que não ocorreu um rompimento institucional por não compreender a natureza política do rito de impeachment. Para atestar isso, basta assistir a sessão e ver quantas acusações jurídicas foram proferidas contra a presidente”.

Em certa medida, o militante dessa organização de esquerda, surgida a partir do rompimento com o Partido dos Trabalhadores com o escândalo do Mensalão em 2005, atribui à crise institucional ao PSDB, quando nos disse: *“O processo se dá a partir da crise instaurada pelo PSDB ao negar o resultado do segundo turno de 2014 e pela intensificação das marolinhas da crise de 2008 que começa a elevar os preços dentro do mercado interno”* (Entrevistado 01, setembro, 2021.)

A abordagem desse segmento não está totalmente distanciada da concepção que fomos adquirindo no desenvolvimento de nosso trabalho, sobretudo porque considera o fenômeno da crise econômica e a espetacularização da política como condição para o desencadeamento da crise, vide essa fala: *“Tudo isso aliado a uma pressão midiática e uma perseguição jurídica ao PT e aos seus caciques enfraqueceu o governo e tudo o que a oposição precisava era de um dispositivo legal para o processo”* (Entrevistado 01, setembro, 2021).

No entanto, identificamos alguns limites na abordagem da organização avaliada, por uma razão que, em nosso entendimento, representa a própria dificuldade presente na organização: todos compreendem a crise como desdobramento da disputa política institucional, sem considerar os conflitos presentes nos blocos no poder.

Ainda referente a essa questão do impedimento da presidenta democraticamente eleita em 2016, o nosso entrevistado 02, têm uma posição mais efetiva.

Com relação ao *impeachment*, o entrevistado foi categórico ao denominar como golpe: *“Afirmamos categoricamente a natureza deste procedimento como um “golpe político” visto que um subterfúgio jurídico, as pedaladas fiscais, fora cometido por praticamente todos os presidentes da ‘Nova República’”* (Entrevistado 02, setembro, 2021).

Continuando a entrevista, compreendemos como relevante e, em certa medida próximo da matriz teórica epistemológica adotada neste trabalho, essa interpretação acerca da crise:

O processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff foi um desdobramento político na esteira da crise global do capitalismo de 2008. Embora os efeitos da crise se fizeram sentir tardiamente - notadamente com as Jornadas de Junho de 2013 - as classes dominantes brasileiras, associadas na condição de sócio menor dos monopólios internacionais, atuou no sentido de reconstruir o cenário de acumulação de capital abalado pela crise. (Entrevistado 02, setembro, 2021)

Nosso entrevistado utilizou o conceito de ultra-liberalismo para explicar os desejos econômicos das classes dominantes no Brasil. Na concepção desse movimento de juventude, observemos: *“A execução da agenda ultra-liberal não encontrou ressonância no que diz respeito ao ritmo e intensidade ansiado pelas classes dominantes, muito embora o Partido dos Trabalhadores (PT) já vinha o fazendo”*. (Entrevistado 02, setembro, 2021)

O terceiro entrevistado, por sua vez, está mais associado ao campo democrático popular, tendência conhecida no movimento estudantil como vinculada à organização de juventude do Partido dos Trabalhadores, reiterou a tese tão conhecida no seio dos movimentos sociais de esquerda: *“2016 foi golpe! O impeachment em 2016 da gente que fez parte do movimento em defesa da democracia, nada mais foi do que uma articulação de setores nacionais e internacionais, que detém o capital, na perspectiva de conseguir retirar o empecilho as aspirações dele: prejudicar a classe trabalhadora brasileira”* (Entrevistado 03, setembro, 2021).

Nosso quarto entrevistado, vinculado recentemente a organização, fez questão de ao aceitar conceder a entrevista, dizer que aquela leitura do processo era dele e, que, porventura, em algumas ocasiões poderia se distanciar da posição da organização de juventude. Acerca do *impeachment*, nos disse, que:

“Vemos o impeachment com duas frentes importantes. Primeiro: foi uma forma das elites dirigentes retirarem um projeto um pouco mais a esquerda, para impor um projeto neoliberal. O que não nega que o PT era neoliberal. Era. Mas o PT mitigou políticas sociais. Vejo o impeachment como a tentativa de impor o projeto neoliberal a todo custo e para isso era necessário tirar o PT do poder” (Entrevistado 04, setembro, 2021).

Segundo nosso entrevistado, os responsáveis por esse movimento foram os latifundiários, o mercado financeiro e os empresários. Outro aspecto importante que destacamos dessa entrevista difere-se dos demais entrevistados, sobretudo quando o entrevistado 04 nos diz: *“Tem a ver com os erros do PT, então o PT ele foi se burocratizando, esquecendo sua base. E aí ele não teve um movimento popular forte pra barrar o impeachment. Ao cooptar os líderes dos movimentos aos longos dos governos do PT, perdeu-se força de base”* (Entrevistado 04, setembro, 2021).

O entrevistado também perpassou a experiência das jornadas de junho para explicar o processo: *“E nas jornadas de junho, que o PT teve a oportunidade de colocar um projeto mais a esquerda, não o fez.”* Sobre o jogo de conciliação de classes nos governos do PT, nos disse: *“A Dilma tentou conciliar mais com o mercado do que com as bases populares. Vejo o impeachment nessas duas frentes. Por fim, ele sintetizou o que foi o processo de impedimento:*

“Além da perda de legitimidade do PT na própria esquerda, a partir da burocratização, de um movimento que tornou-se muito mais de classe média do que de base popular. E a tentativa das elites econômicas de impor um projeto neoliberal muito mais forte do que o PT vinha fazendo” (Entrevistado 04, setembro, 2021).

O último entrevistado, o entrevistado 05, nos disse que na opinião deles o *“[...] impeachment em 2016 foi um golpe orquestrado pelo judiciário, pelo baixo escalão do judiciário e sustentado pelo legislativo. Esse processo de desgaste do governo Dilma que vinha colhendo os frutos de alguns erros dos governos do PT que eclodiram no segundo mandato da presidenta. Desde o processo eleitoral ficara*

claro que haveria um processo de esfolamento da figura da presidenta e do seu mandato” (Entrevistado 04, setembro, 2021).

Acerca dos resultados desse primeiro movimento da pesquisa, em consonância com nossa questão de partida e nossos objetivos, destacamos alguns aspectos. Antes de apontarmos esses dados, rememoraremos nossa problematização e os objetivos que diziam respeito ao processo de *impeachment*. Indagamos: quais diálogos possíveis, entre a interpretação desses autores – Laura Carvalho (2018), Armando Boitto Junior (2018), Sérgio Lazzarini (2011) e Francisco de Oliveira (2010) – e a leitura dos movimentos sociais? Referente aos objetivos, apontávamos como objetivo geral explicar o processo do *impeachment* a partir da co-relação com a crise e especificamente explicar, a partir dos autores selecionados e dos movimentos de juventude as interpretações sobre o fenômeno delimitado. Sobre os resultados, destacamos:

TABELA 4 – Respostas aos questionamentos da entrevista

Interpretação	Entrevistados				
	I	II	III	IV	V
Foi um golpe?	<i>A compreensão que se tem é que aquele processo de 2016 foi um golpe de Estado.</i>	<i>Afirmamos categoricamente a natureza deste procedimento como um "golpe político</i>	<i>2016 foi golpe!</i>	<i>Não citou o termo golpe, no entanto citou a necessidade de revisão econômica por parte do PT</i>	<i>impeachment em 2016 foi um golpe</i>
Quais as causas do Impeachment?	<i>O processo se dá a partir da crise instaurada pelo PSDB ao negar o resultado do segundo turno; pressão midiática e uma perseguição jurídica ao PT</i>	<i>um desdobramento político na esteira da crise global do capitalismo de 2008.</i>	<i>articulação de setores nacionais e internacionais, que detém o capital, na perspectiva de conseguir retirar o empecilho as aspirações dele: prejudicar a classe trabalhadora brasileira</i>	<i>uma tentativa de impor o projeto neoliberal a todo custo e para isso era necessário tirar o PT do poder; Cooptação dos líderes dos movimentos sociais e a burocratização do PT</i>	<i>O desgaste do governo Dilma que vinha colhendo os frutos de alguns erros dos governos do PT</i>

Fonte: Elaboração própria

A síntese de nosso primeiro resultado é a de que quatro tendências são abertamente da mesma opinião: o *impeachment* de 2016 foi um golpe. O autor que utilizamos como fio condutor deste trabalho foi Armando Boitto Jr (2018). O intelectual também reivindica a tese de que 2016 foi golpe. Assim, os primeiros objetivos foram alcançados.

Porém, observa-se que uma dessemelhança na interpretação dos movimentos se dá nas causas do *impeachment*. Alguns entrevistados responsabilizam o PT pelos erros a frente da gestão, outros culpam as elites dirigentes, ao passo que alguns mencionam circunstâncias relacionadas aos ditames da dinâmica do capital. Nossa interpretação, com base na leitura de Armando Boitto Jr (2018), é a de que o *impeachment* foi causado pela desagregação da frente neodesenvolvimentista e pelo conflito entre duas frações organizadas nos blocos no poder pela hegemonia no estado burguês. Vale ressaltar que as frações são duas: uma vinculada ao setor da construção civil e das empreiteiras e outra associada e dependente do capital financeiro.

Em nosso entendimento, de acordo com a tese de Boitto Jr., o processo de impedimento se deu na circunstâncias de um golpe, o qual, no contexto que analisamos no capítulo anterior, ocorreu com o intuito de recompor a ortodoxia neoliberal e aprofundar um conjunto de ações institucionais que beneficiasse a fração da burguesia vinculada ao capital financeiro, associada e dependente as potências estrangeiras.

O segundo resultado que buscamos colher das entrevistas diz respeito à compreensão das potencialidades e limites dos pensadores contemporâneos e suas interfaces com os movimentos de juventude em Campina Grande.

O fato é que essas reflexões já permearam esse primeiro movimento em que apontamos os resultados. Chamamos a atenção para nossa proposta de investigar a relação entre as matrizes econômicas adotadas pelos governos do PT e seus respectivos impactos e desdobramentos nas governabilidades neoliberais e, também, analisar os impactos da reorientação econômica do governo a partir das contribuições dos movimentos sociais, sobretudo das organizações de juventude.

Para aprofundarmos a discussão tentando atingir os objetivos descritos acima, levantamos a seguinte questão para os entrevistados: De que maneira vocês interpretam as experiências nos governos do PT? Vale ressaltar que usaremos a mesma sequência de entrevistados adotados no resultado anterior.

Nosso entrevistado 1, ao interpretar as experiências do PT a frente do Estado, denunciou o modelo de conciliação adotado pela cúpula petista e chamou atenção para as contradições desse modelo: *“A experiência do modelo de conciliação de classe promovida pelo PT em seus governos é contraditória em sua essência e isso talvez dê uma dimensão da interpretação.”* (setembro, 2021)

Destacou também a famosa tese da governança, cabe considerar que, para nós, a governança, como conceito, explica o jogo político entre o palácio do planalto e o parlamento, mas, na prática, se executa uma agenda que em última instância fortalece os setores fisiológicos da política e acentua os interesses das frações hegemônicas nos blocos no poder. Diante disso, nos disse o entrevistado:

“Essa governança apesar de ter feito um bem a curto prazo ao povo mais sofrido do nosso país, causou um aprofundamento severo da desigualdade social. Ao tentar diminuir essa questão através do consumo, a longo prazo o que aconteceu foi um endividamento em massa da população mais pobre e lucros recordes para os grandes conglomerados desse país” (setembro, 2021).

Aqui já se nota uma leitura, mesmo sem grandes profundidade do modelo econômico e político adotado pelo PT: lucro para as grandes corporações e expansão do crédito.

O entrevistado 02, quando questionado acerca das experiências dos governos Lula e Dilma, disse-nos: *“A administração social-democrata do Partido dos Trabalhadores (PT) insere-se no bojo das experiências do “ciclo progressista” na América Latina na virada do século”* (setembro, 2021). Disse, mais, que o PT, após sucessivas derrotas nas eleições de 1989 a 1998 reorientou economicamente seu programa político e econômico. Para tanto, destaca a “Carta aos Brasileiros” de 2002, como fonte para selar a aliança com o capital.

Após citar uma série de contradições no primeiro governo Lula, a exemplo da política externa, o entrevistado comenta:

“Frisamos ainda a política externa agressiva dos governos petistas. Listamos: a ocupação de caráter neocolonial do Haiti que resultou, internamente, a nível de política pública, a implementação das UPP nas periferias; o caso da Petrobras na Bolívia” (setembro, 2021).

A política externa executada nos governos do PT foi alvo de muitas críticas dos setores de esquerda. Para algumas tendências apenas o Brasil passou a ser um

centro de produção de hegemonia em sua relação com outros países latino-americanos.

Naquilo que concerne a política econômica, ele destacou:

“Não obstante, o PT empenhou - se em praticar uma política de redistribuição de renda e ações afirmativas. Enumeremos algumas: o Bolsa Família, programa fome zero e a suposta "universalização do Ensino Superior" abrindo margem para a constituição do monopólio de educação privada (Kroton-Anhaguera) através da isenção de impostos para estes estabelecimentos de ensino privado em troca da aquisição de vagas ociosas destas faculdades.” (setembro, 2021)

Referente à política macro econômica, o entrevistado chamou atenção para: *“No curso desta guinada, a política econômica tomou forma no tripé macroeconômico que previa o câmbio flutuante, níveis estáveis de taxa de inflação e superávit primário destinado a arcar com os compromisso coma dívida pública”* (setembro, 2021).

Por fim, ele ainda denunciou o fortalecimento do latifúndio nos referidos anos, sobretudo a partir da agricultura empresarial, ou seja, o agronegócio. Assim finalizou:

“O PT expressou a conciliação com a burguesia em torno de um pacto nacional que possibilitou a aferição de enorme taxas de lucros às classes dominantes neste país que ensejou, futuramente, o golpe de 2016 e abriu caminho a agenda recessiva do capital através de privatizações e destruições das garantias sociais da classe trabalhadora” (setembro, 2021).

O entrevistado 03 disse que apesar de ser filiado ao PT, tem uma visão crítica dessas experiências: *“Embora tenhamos avançado em vários setores, não foi suficiente. Perdemos a base, burocratizamos os movimentos que nos fizeram chegar ao poder.”* Afirmou também que o partido deixou de implementar reformas importantes, a exemplo da redemocratização da mídia, a questão fiscal e a nacionalização das empresas que foram vendidas para o setor privado durante o período FHC.

Sobre as experiências do PT, o entrevistado 04, fez uma passagem destacando o histórico daquilo que se compreende como Brasil e de como a história do país é marcado pela desigualdade social, machismo, concentração fundiária, racismo, homofobia, grupos oligárquicos. Utilizando a tese das continuidades, ele afirmou que a vitória eleitoral de Lula em 2002 foi positiva, inclusive simbolicamente.

O entrevistado destacou a interpretação sobre os governos Lula e Dilma a partir de pontos positivos e negativos: *“Eu vejo as experiências do PT com pontos positivos e negativos. Os pontos positivos são inegáveis, reconhecidos internacionalmente”*. O entrevistado focou naquilo que chamamos do período dos avanços:

“São os avanços educacionais, os avanços sociais e naquele período do governo lula, principalmente no contexto internacional que favoreceu os avanços econômicos. Os programas sociais foram importantes como o bolsa família. Hoje ninguém mais nega o bolsa família. Na época muito criticado. Então o bolsa família virou uma política de Estado e não uma política de governo”.

Referente aos avanços educacionais, ele nos disse:

“[...] apesar de muitas críticas que são pertinentes, principalmente no campo da universidade, por ter incentivado muito a parte privada, por ter colocado muita gente na universidade sem o avanço, sem o apoio da base educacional. Eu diria o ensino fundamental e médio. O governo poderia ter modificado a legislação para poder incentivar a educação como um todo.” O entrevistado enfatizou as críticas que tem as experiências petistas, mas destacou: *“Apesar dessas críticas eu vejo como positivas esses avanços, porém o PT não teve e não tem hoje em dia uma alternativa para o neoliberalismo”*. (setembro, 2021)

O principal ponto negativo para nosso entrevistado é a ausência de uma alternativa concreta ao neoliberalismo: *“[...] então esse é o ponto negativo. O PT não tem uma alternativa ao neoliberalismo, então os governos deles foram um neoliberalismo mitigado, vamos dizer assim”*. Ele define o neoliberalismo nos governos do PT, da seguinte forma: *“Que é o neoliberalismo com as políticas sociais compensatórias para os grupos populares. Então vejo como negativo não ter uma alternativa econômica. Um projeto econômica que faça frente ao neoliberalismo”*.

Sobre a dimensão política e a força do movimentos sociais durante esses anos, o entrevistado relatou: *“Outro ponto negativo é a cooptação do movimento popular, isso fez com que o PT perdesse a base popular até parar frear o impeachment.”*

Por fim, ele finalizou esse tópico apontando o terceiro aspecto negativo: *“O terceiro aspecto negativo ao meu ver que é o investimento muito mais em consumo, Lula sempre fala isso: a gente deu um prato de comida para o pobre. E menos investimento em educação política e cidadã.”*

O entrevistado entende a expansão do movimento conservador como expressão de uma deseducação política:

“[...] por isso houve o avanço do bolsonarismo, por isso houve o avanço da extrema direita. Porque o PT não investiu numa educação política, então a partir do momento em que o Brasil passou a ir mal economicamente, aquelas pessoas menos instruídas politicamente, seja os ricos, seja os pobres, eles passaram a ir para outros projetos políticos” (setembro, 2021).

A seguir, ele fez uma crítica à lógica consumista a partir do crédito extensivo:

“Então faltou ao PT investir mais em cidadania, em educação política, o foco foi comprar uma geladeira, comprar um carro, um fogão. O pobre agora pode fazer isso. Mas o pobre, apesar de alguns avanços até no acesso a cultura, eu acho que foi muito incipiente, então eu diria que esses são os pontos negativos”.

Em que pese os pontos negativos, ele fez a seguinte ressalva:

“[...] mas lembrando: se você pegar dentro do histórico do que é o Brasil, O PT avançou muito. Dentro do que é a história do Brasil. Mas dentro do que poderia ser feito, avançou pouco. Então a gente relativiza aí os pontos positivos e os pontos negativos. Porque dentro da nossa história foi um avanço muito grande, mas do que poderia ser feito, pelo próprio histórico do PT na base popular, eu acho que deveria ter feito muito mais” (setembro, 2021).

As experiências do governo, segundo o entrevistado 05, deixaram várias lições: *“[...] a gente teve um governo de esquerda eleito pela primeira vez e sobretudo em um período ainda de estabilidade da redemocratização do nosso país”.* Ele destaca, como os outros entrevistados, alguns avanços: *“[...] e a gente teve vários avanços, em vários segmentos sociais, sobretudo no campo da educação. A gente teve as universidades pintadas com cara de povo, isso ai não pode questionar”.* Mas este entrevistado fez ressalvas, como:

“Em contra medida a isso, a gente teve vários escândalos de corrupção que surgiram de dentro da base do governo e também algumas falhas em algumas reformas que o governo poderia ter feito, sobretudo quando tinha um grande índice de popularidade e de aprovação e que não fez como a reforma agrária, a reforma dos veículos de imprensa e etc”

Por fim, ele avalia como positivas as experiências:

“Mas eu avalio como positivo. Avalio que apesar dos aprendizados que a gente teve, o governo conseguiu melhorar a vida de muitas pessoas e de forma nítida a gente começou a ter acesso a várias coisas. E quando eu falo a gente, me coloco também na condição de povo”

TABELA 5 – Respostas aos questionamentos da entrevista

Interpretação	Entrevistados				
	I	II	III	IV	V
Como avalia os governos do PT?	<i>Governo de conciliações e contraditório; ponderou os avanços e retrocessos.</i>	<i>Governo Social-democrata; economia neoliberal; conciliação de classes.</i>	<i>Governo de esquerda; economia keynesiana;</i>	<i>Governo progressista; Economia com neoliberal “mitigado”; Avalia como positiva a experiência, com uma série de ressalvas.</i>	<i>Governo de esquerda; progressista.</i>
Quais os argumentos na análise?	<i>A governança como e a concessão a setores privados; a tentativa de redução da desigualdade por meio do consumo.</i>	<i>O ciclo progressista na América latina na virada do século; a reorientação econômica por meio da carta aos brasileiros; a política externa agressiva;</i>	<i>Avanço nos setores populares e ausência de importantes reformas.</i>	<i>A ausência de uma alternativa ao neoliberalismo; Crítica ao consumismo; considera significativos os avanços obtidos no campo da educação; Nas políticas sociais compensatórias; e define a avaliação do governo como positiva a partir do histórico do Brasil.</i>	<i>Avanços na educação, Mas ponderou os casos de corrupção na base aliada do governo.</i>

Fonte: Elaboração própria

A partir desse panorama avaliativo dos movimentos de juventude acerca de suas interpretações sobre os governos do PT, chegamos aos seguintes resultados: todos os entrevistados reconhecem avanços e ausências nos governos do PT. Destaca-se, em todos, exceto no entrevistado 02, o avanço na educação, e, todos, com a exceção do entrevistado 03, criticaram a matriz econômica adotada pelo PT, inclusive ponderando a crítica ao consumismo e aos casos de corrupção que atormentaram o Partido dos Trabalhadores.

Fechando esse ciclo de interpretações acerca da trajetória do Partido dos Trabalhadores ao longo da última década, levantamos a terceira e talvez mais importante questão: Na opinião do movimento há alguma relação entre o *impeachment* e o bolsonarismo? Antes de discutirmos essa questão, perguntamos aos entrevistados como eles compreendem o Bolsonarismo?

Discutiremos essas duas questões no mesmo movimento. O entrevistado 01, sobre a compreensão do que é o Bolsonarismo, disse: “O *bolsonarismo* é a *síntese da antítese do conservadorismo brasileiro com a tese de governança do PT*”. Ele não culpabiliza o PT pela ascensão de Bolsonaro, mas entende a composição do bolsonarismo como um “*Subproduto de uma elite racista, escravista, misógina, reacionária.*” Disse, ainda: “O *Bolsonarismo* é composto por uma ala liberal, liderada por Paulo Guedes e uma ala protofascista”.

Disse, também, que a relação que exista, possivelmente, entre o *impeachment* e o bolsonarismo está no fato de Dilma ter mexido na memória da ditadura militar a partir da comissão da verdade: “[...] *a revolta dos militares com a comissão da verdade acredito que tenha efervescido os ânimos. Eu não acredito que o plano naquele momento fosse colocar Bolsonaro como o substituto natural de Temer*”.

Nosso entrevistado 2, disse que: “O *Bolsonarismo* é a *resultante da crise do capital internacional (2008) e do programa de austeridade fiscal que exigiam as classes dominantes internacionais e nacionais*”. E que é fruto de um descontentamento das massas populares. Interpreta que: “O Governo Bolsonaro é, em nossa avaliação, liberal-fascista. Ele prima pelos elementos da etapa ultrafinanceirização (neoliberal) em aliança com fascistas. E por fim reitera que “[...] *há elementos fascista no seio do governo. Contudo, não estamos sob a égide do fascismo*”.

Referente se há relação entre o *impeachment* e o bolsonarismo, o entrevistado nos disse que sim, ou seja:

“Sim. Foi exatamente no interior do processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff e posteriormente o apoio irrestrito ao governo ultra-liberal e corrupto de Michel Temer das expressões políticas da classe dominante (PSDB e DEM) causou desgaste junto as massas populares de modo que estes partidos não conseguiram capilarizar e ocupar o vácuo político deixado pelo PT”.

O entrevistado 3, quando indagado sobre a interpretação do Bolsonarismo, disse:

“Ele é composto pelo núcleo duro, composto por fascistas que odeiam as minorias...” Disse, ainda: “Essas pessoas, como a nossa elite, não são intelectualizadas, falam de temas que não dominam. A exemplo do comunismo. Não estudam. Porém, o que fez a ascensão de Bolsonaro, em sua grande maioria foi o grande capital, que enxergou nele o sujeito para aplicar a agenda política e econômica”.

Quanto à relação entre o *impeachment* e o bolsonarismo, a única aproximação que aponta é com relação à atuação do grande capital.

O 4º entrevistado aponta que a composição do Bolsonarismo é muito ampla, está em todas as classes sociais. *“A base social do Bolsonarismo é os evangélicos e os militares com uma base social dos ressentidos”.* Economicamente, ele tipifica o governo Bolsonaro como um governo ultra-liberal. *“É um movimento contra os pobres, tentando colocar em prática o neoliberalismo que não deu certo em canto nenhum.”*

Sobre a questão se há relação entre o *impeachment* e o bolsonarismo, ele defende que tenha relação: *“Tanto o impeachment como o bolsonarismo, quanto a operação lava jato, eles eram movimento anti petistas e anti esquerda. O bolsonarismo cultiva isso. Existe sim uma relação de proximidade.”*

O entrevistado 05 entende o Bolsonarismo como aquilo que há de mais atrasado na política brasileira. O compreende por meio da guerra híbrida, a partir da intolerância, das *fakenews* e campanhas de desinformações. Ele aponta, ainda, que o sentimento de descrença foi canalizado a partir do *impeachment*, e o bolsonarismo, como o completamente diferente do PT, emerge nessa dinâmica. Logo, o processo de *impeachment*, segundo o entrevistado: *“[...] descredibilizou a figura do político”.*

Por fim, com base nos dados recolhidos a partir das entrevistas acima, chegamos ao resultado, referente ao último tópico, de que não há uma uniformidade na interpretação referente ao Bolsonarismo, mesmo que consideremos o Bolsonarismo segundo Duarte Neto (2018), o fascismo atua em uma dualidade. Ingressa de imediato como alternativa e, em seguida, incorpora-se a estrutura do capitalismo.

Mas há traços comuns entre os entrevistados, como a representação da negação da política. No entanto, não identificamos uma caracterização homogênea do fenômeno Bolsonarismo.

Quanto à forma de manifestação do fenômeno, em nosso entendimento os movimentos compreendem e interpretam com base na aparência: ou seja, na forma em que se ele apresenta na realidade, ou seja, comum desdobramento de uma onda reacionária.

Em síntese, concluímos que, na perspectiva dos movimentos de juventude alocados em Campina Grande, há relação entre o *impeachment* e a ascensão do bolsonarismo, as causalidades são diferentes para cada agrupamento.

O último resultado que faremos menção é sobre a discussão do Bolsonarismo como neofascismo. Trata-se, segundo Boitto Jr. (2016; 2018), o fio condutor em se tratando do aporte teórico desta obra, de um fenômeno atual. Em que pese esse dado, nas considerações finais, apresentaremos nossa síntese desse fenômeno, em vista de que tal discussão não consta como problemática de nosso trabalho, mas, no decorrer da pesquisa, esse objeto passou a se incorporar a nossa discussão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos, com base em nossa pesquisa empírica e, também, com base na revisão bibliográfica presente no trabalho, que a relação entre o processo de *impeachment* e o bolsonarismo se dá a partir de três elementos: a negação da política, o ódio ao PT e a crise econômica posta a partir de 2008. O *impeachment*, como já discutido aqui, guarda uma relação particular: o processo de conflito interno na própria burguesa atuante nos blocos no poder e a recomposição da ortodoxia neoliberal a frente do Estado brasileiro.

O bolsonarismo emerge como expressão de uma forma de ser/estar do capitalismo na periferia do sistema global de produção, com uma singularidade: A crise sistêmica e estrutural do capital, no atual nível de desenvolvimento das forças produtivas, apresenta qual alternativa para a humanidade. Em nosso entendimento o capitalismo não apresenta saída para a humanidade. Estamos expandindo a discussão para situar o capitalismo como uma condição e o Bolsonarismo como uma expressão da crise do capital.

Muito se tem discutido sobre o neofascismo e se o governo bolsonaro ou o próprio bolsonarismo é fascista. Entendemos o fascismo como uma expressão política de direita, conservadora, que, como movimento historicamente situado, se liga ao capitalismo em uma fase específica: a fase monopolista. A singularidade desse estágio do capitalismo se dá no fato de que o Estado é essencial a reprodução do capital.

Compreendendo o fascismo, em sua dinâmica econômica, como o momento em que o Estado passa a estar subordinado politicamente aos interesses econômicos dos monopólios, a alteração nos blocos no poder, a partir do *impeachment*, se deram como instrumentos para pôr em prática a hegemonia de uma fração da burguesia: a fração da burguesia vinculada ao capital financeiro.

A questão que ronda é: é possível caracterizar o bolsonarismo como fascismo? Em nosso entendimento, e de acordo com a literatura utilizada no trabalho, não vivemos sob a égide fascista. No entanto, vivenciamos a experiência de um governo – em sua manifestação política- com tendências fascizantes, como discutido ao longo desse trabalho. Argumentamos isso, por uma razão:

O fascismo se dá a partir de uma singularidade: posta a conjuntura de crises econômicas e políticas, a forma que o capitalismo apresenta para reorientar sua

dimensão econômica e política se dá por intermédio da forma fascista, cujo conteúdo se estrutura no sequestro da estrutura do Estado a partir de uma fração específica do capital – a fração financeira- como forma de garantir, por meio da mais profunda violência, o ciclo de reprodução do capitalismo. Na prática, estamos afirmando que o fascismo, em última instância, é um instrumento que o capitalismo se utiliza para não sucumbir.

O fascismo atua em uma dualidade: funcional, como as experiências citadas pela revisão bibliográfica executada no trabalho ao citarmos o fascismo clássico, e na contemporaneidade, sobretudo na periferia do sistema, esse fenômeno passou a incorporar a própria estrutura do capital.

O Bolsonarismo, em nosso entendimento, reúne, do ponto de vista do conteúdo, a impossibilidade do capitalismo monopolista de Estado – sob a hegemonia da fração vinculada ao capital financeiro- em solucionar as próprias crises.

Portanto, concluímos que o Bolsonarismo é, na prática, a manifestação política, na forma que o capitalismo assume, em períodos de crise, em países cuja formação econômica-social se deu com base na associação e na dependência das burguesias do centro do capital.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, J. **Hegemonia e sociedade civil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BARROS, Janaina Visbeli. **Conglomerados midiáticos regionais: os meios de comunicação como meios de produção na territorialidade do capital**. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação), Universidade de São Paulo, 2019
- BOITTO JR., Armando. Estado e Burguesia no Capitalismo neoliberal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007
- BOITTO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Miolo Rev. Critica Marxista**, indd 155, 2015
- BOITTO JR., Armando. Lava-Jato, Classe Média e Burocracia de Estado. **Revista Princípios**, 143, maio, junho, julho de 2016. p. 29-34.
- BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. São Paulo; Campinas: Unesp; Unicamp, 2018.
- BOITTO JR. Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Miolo Rev. Critica Marxista**, 2020.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio científico e educativo**. 14^o edição. São Paulo. Ed. Cortez. 2017.
- DEL ROIO, M. **Gramsci storico: uma leitura dei “Quaderni del cárcere”**. Bari: Laterza, 2003.
- DUARTE NETO, J.H. **Algumas reflexões sobre o fascismo**. Recife, 29 de Setembro de 2018. Facebook: José Henrique Duarte Neto. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1925791660834851&id=100002121062863. Acesso em 26 set. 2021.
- ENGELS, F. MARX, K. **A ideologia alemã**: São Paulo: Boitempo, 2007.
- GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Revista Critica Marxista**, 39, 2014.
- GRAMSCI, A. **Los intelectuales y laorganización de La cultura**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. (4 vols.) Edição de Valentino Gerratana. Torino. Editora Einaudi, 1975

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, vol 3, 2000

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**: edizione critica dell' Instituto Gramsci. Turim: Giulio Einaudi, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. (vol.3); Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**: 1926–1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8º ed. São Paulo: Record, 2004.

GOMES, I.M.M.; ANTUNES, E. Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas, **Galáxia** (São Paulo), núm. 1, Esp., pp. 8-21, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3996/399660504002/html/>. Acesso em 07 de Agost. 2021.

LAZZARINI, Sérgio G. **Capitalismo de laços**: os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LÊNIN. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MELLO, Michelle de. **O projeto militar no Brasil**: o que é guerra híbrida? Disponível em: <https://youtu.be/HlwhcRLVTIk> . Acesso em: 22/09/2019

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy. **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira, (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

PORTELLI, Hugues. Jacobinisme et antijacobinisme de Gramsci. In: **Dialectiques Gramsci**, n. 4-5, mars 1974.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980

SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas ciências sociais**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1981

SECCO, L. **As Jornadas de junho, presente na coletânea Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013

WANDERLEY, L.E.W. **Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos**, Serv. Soc. Soc. (109), Mar 2012, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000100002>. Acesso em 08 de Agost. 2021.

WILLIANS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.